



Editorial

A atualização diária da página do IHU¹, na semana passada, permitiu visualizar, com maior clareza, a surda disputa que perpassa o governo Lula, depois de um ano da sua eleição, a respeito da política econômica. Para descrevê-la em rápidas pinceladas, correndo o risco da simplificação, a denominamos de pugna entre os neoliberais e os nacionais-desenvolvimentistas.

Dois traços amargos caracterizam essa questão: todo o debate ambiental, da sustentabilidade ecológica, fica de fora, ou pelo menos, fica num segundo plano, como um apêndice. Quem percebeu e denunciou este traço com pertinência, foi Fernando Gabeira. O outro traço é que parece ficar cada vez mais manifesto, como se pode perceber na entrevista com Tarso Genro, aqui publicada, o Partido dos Trabalhadores não tinha um projeto econômico formulado, quando disputou as eleições. Esta fragilidade é cada vez mais manifesta e suscita perplexidade.

Para os leitores deste boletim, esta discussão não é nova. Ela esteve presente em vários momentos nas edições, no decorrer deste ano de 2003. Neste antepenúltimo boletim do ano, voltamos a ela, querendo contribuir nesta polêmica que consideramos fundamental para o futuro da sociedade brasileira. Assim, as entrevistas do renomado economista brasileiro Dércio Munhoz, da UnB, pouco ouvido, nos últimos tempos, pela grande imprensa, e de Guilherme Delgado, do Ipea, além da citada entrevista de Tarso Genro, ajudam a entender melhor a dimensão e a importância decisiva da disputa que

¹ www.ihu.unisinos.br

ocorre neste momento, no Brasil. A entrevista de Ruy Fausto e o artigo de José Luís Fiori nos dão outros enfoques que permitem aprofundar o debate.

Como universidade chamada a contribuir na formação de cidadãos e cidadãs, 'homens e mulheres para os demais', participar ativa e vivamente deste debate é parte inerente da sua missão.

Uma ótima leitura e uma excelente semana a todos!

“O BRASIL SÓ CRESCEU QUANDO TEVE CORAGEM PARA MARCHAR SEM O FMI”

Entrevista com Dércio Garcia Munhoz

Dércio Garcia Munhoz, economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), concedeu a entrevista a seguir por e-mail a **IHU On-Line**. Ex-presidente do Conselho Federal de Economia e do Conselho Superior da Previdência Social, Dércio Munhoz é bacharel em Economia pela Universidade de Brasília, com Mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo. É também professor de Economia no Curso de Pós-Graduação em Economia e Ciência Política, da UPIS – Brasília, e professor de Economia em cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas, núcleo de Brasília. Possui cinco livros de economia: **Demografia no Distrito Federal** (Distrito Federal: Codeplan, 1970), **A Renda e a Demanda de Produtos Alimentícios no Distrito Federal** (Distrito Federal: Codeplan, 1971), **Economia Agrícola. Uma Defesa dos Subsídios** (Petrópolis: Vozes, 1982); **Dívida Externa. A Crise Rediscutida** (São Paulo: Ícone, 1988); **Economia Aplicada. Técnica de Pesquisas e Análise Econômica** (Brasília: Editora da UNB, 1989).

IHU On-Line - A partir da herança deixada por FHC, teria havido outras possibilidades para os rumos econômicos de nosso país?

Dércio Munhoz - As restrições decorrentes do Plano Real são grandes, e criaram condicionamentos difíceis de superação. Basta dizer que os desequilíbrios externos do País se aproximaram de duzentos bilhões de dólares nos oito anos até 2002, significando três dólares para cada dólar de aumento do PIB. E a dívida pública federal aumentou do equivalente a US\$ 115,0 bilhões ao final de 1994 para US\$ 380,0 bilhões em dezembro de 2002 – perto de quatro dólares de aumento do endividamento para cada dólar de crescimento do PIB. Mas é claro que, se existem caminhos alternativos, estes jamais poderiam ser procurados, mantendo exatamente a mesma política econômica, mantendo as mesmas pessoas no comando da área econômica e financeira, mantendo a mesma linha de pensamento responsável pelo Plano Real.

IHU On-Line - Alguns membros do governo afirmam que foi retomado o controle da economia, que há sinais de recuperação, que a inflação cedeu, etc... O senhor concorda com isso?

Dércio Munhoz- Alguns sonham. Ou procuram, com fantasias, fazer com que os outros sonhem. Quando um brutal aumento da carga tributária, mais os aumentos das tarifas dos setores privatizados acima da inflação, mais a política de internar no País os preços internacionais do petróleo, para atrair empresas estrangeiras transferiram aproximadamente quinze por cento do PIB para essas áreas favorecidas, necessariamente precisaria haver perdas de rendas de outros agentes. E os salários, desprotegidos num mundo de indexação plena, e com o elevado desemprego criado para enfraquecer os sindicatos e os trabalhadores – assim como todos aqueles que vivem da renda do trabalho, como autônomos e pequenos empresários, tiveram de pagar a conta com uma queda de aproximadamente um terço na renda do trabalho – que é base da renda da família. Como crescer sem demanda, que depende da renda e do emprego? Como investir sem que existam compradores? Só o governo, com uma

política de investimentos na infra-estrutura urbana e na recuperação de rodovias, é que pode iniciar a retomada. Criando milhões de empregos, com investimentos que, alongados em vários anos, são perfeitamente suportáveis. Basta que se retome a capacidade política de tomar decisões na área econômica, e se devolva ao Congresso a capacidade de discutir livremente as grandes questões nacionais, deixando de ser apenas uma instituição submissa às pressões do executivo e mera sancionadora das políticas impostas pelo FMI.

IHU On-Line- Como são percebidas as diferentes tendências dentro do próprio governo em relação à política econômica do País?

Décio Munhoz- O governo atual não assumiu a área econômica. E os que encenam publicamente como se tomassem decisões, não têm a mínima noção do que aconteceu na administração anterior, e nem as causas que levaram ao travamento da economia.

IHU On-Line - Não existiriam divergências dentro do próprio governo?

Décio Munhoz- Se existem divergências, numa frente politicamente tão heterogênea, a preocupação com os cargos e as verbas orçamentárias não têm permitido que aflorem, dando a impressão de uma unanimidade de pensamento e solidariedade total na manutenção das políticas do Plano Real, que marcaram a segunda década perdida, e praticamente já asseguram a desastrosa perda também da terceira década.

IHU On-Line - Como avalia a política externa do Governo Lula, inclusive as negociações da Alca?

Décio Munhoz - Parece que aí está o ponto positivo do Governo. Mas os interesses de grupos internos – especialmente aqueles ligados aos ganhos fáceis com a especulação financeira – se movimentam buscando que o País marche para uma “união carnal” com os Estados Unidos – o que é um risco para a manutenção da política atual. Também preocupa a tentativa de o governo se posicionar externamente como socialmente avançado, enquanto, internamente, mantém um projeto econômico excludente e dá salvaguarda ao capital financeiro garantido pelos empréstimos-reservas do FMI; que têm a finalidade de dar aos capitais especulativos a garantia de que o Brasil não vai quebrar e de que a liberdade de movimentação e a remessa dos ganhos não correm riscos.

IHU On-Line- Quais as características da economia e das finanças brasileiras (ou de seus governantes) impediram o Brasil de tomar o caminho que outros países, como a Argentina, tomaram em relação à dívida externa?

Décio Munhoz- A preocupação do Governo anterior foi fazer todas as concessões para, assim, obter o apoio financeiro para o projeto político que custou centenas de bilhões de dólares e exigia financiamento internacional – ou alguma forma de fluxo de recursos para cobrir os déficits, ainda que de capital de curto prazo. A tônica não mudou uma linha – o importante são os aplausos de Davos, o entusiasmo do FMI em ver como a lição é feita com total presteza e fiel submissão, a satisfação do invisível mercado em poder continuar ganhando dinheiro fácil, rápido, sem riscos. Aparentemente sem riscos, pois de há muito o Tesouro foi falido, e nem o aumento da carga tributária, nem os cortes mais absurdos de itens essenciais dentro do Orçamento, nem os tais superávits primários, podem fazer com que o governo, mesmo mantendo o País paralisado, consiga pagar mais que a metade dos juros reais.

IHU On-Line- Quais seriam as prioridades, ou medidas mais urgentes, a serem tomadas?

Dércio Munhoz- Investimentos na infra-estrutura urbana e em rodovias, criando milhões de empregos. Invenção de outros milhões de empregos para os trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação, pintando muros de grupos escolares e paredes de hospitais, na vigilância de prédios públicos, escolas e hospitais, ou simplesmente pintando de cal o meio-fio das ruas. Num programa conjunto União, Estados e Municípios, talvez com a participação de ONGS, com regime especial de contribuição ao INSS. Assim, se poderia ir saindo do sufoco e melhorar as receitas do governo com paralela redução da carga tributária. Desse modo, se poderia avançar no resgate da dignidade dos milhões de desempregados – cada vez mais agraciados por doações e vales de toda a espécie, que ferem a dignidade humana, porque transforma milhões de brasileiros em simples párias.

IHU On-Line- Na sua opinião, que rumo o Brasil tomará de fato? Haverá alguma mudança a curto ou longo prazo?

Dércio Munhoz- Não se vê perspectiva de mudanças. Depois das recentes declarações do Ministro da Fazenda, de que todos os indicadores apontam no sentido do crescimento – isso no mesmo dia em que se anunciava aumento do desemprego e novas quedas dos salários – como ter esperanças? A esperança é que o Ministro ao menos diga a que país estaria se referindo, pois pode ser que ali se tenha o que de bom imitar.

IHU On-Line- O senhor percebe em alguns setores da sociedade, entre os quais se inclui, uma certa decepção com os governantes?

Dércio Munhoz- A decepção de os governantes não perceberem que o Brasil só cresceu nos períodos em que houve coragem para marchar sem a presença, sempre desastrosa, do FMI, ou mesmo contra o FMI, com Getúlio e JK, no período do milagre, e de, alguma forma, antes que a crise do petróleo jogasse o País nos colos do Fundo, no início dos anos 1980. Afinal, os quadros do Fundo não são de luminares – haja visto que, há 50 anos, só submete países periféricos, e impõe as mesmas políticas elitizantes, que sempre fecham a conta sobre os que vivem do trabalho e, em conseqüência, favorece a concentração crescente da renda. E também não somos tão medíocres para não conhecer como realmente funciona a economia, e para não perceber o que realmente favorece o País, e o sentido geopolítico dos modelos que vêm imobilizando e inviabilizando a economia brasileira, e marginalizando o Brasil no quadro da economia mundial.

A ORTODOXIA LEVA AO CALOTE

Entrevista com Guilherme Delgado

*Guilherme Delgado é doutor em economia pela Universidade de Campinas, com tese intitulada **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Coordenou o plano de estágio da agricultura alimentar na reforma agrária e participou, junto com Plínio de Arruda Sampaio, na elaboração do Plano Nacional da Reforma Agrária. Atualmente assessora programas da área social no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e participa da construção do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar). Guilherme Delgado é um dos economistas consultados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – quando se trata de assuntos econômicos. Ele é co-autor do folheto sobre as Contas CC-5 publicado pela Comissão Brasileira Justiça e Paz, da qual é membro. O economista concedeu a entrevista a seguir a **IHU On-Line**.*

IHU On-Line- A partir da herança deixada por FHC, teria havido outras possibilidades para os rumos econômicos de nosso País?

Guilherme Delgado- O que foi executado até agora tem dois momentos. Nos primeiros 90 dias de governo, não se vislumbrava uma maneira mais eficaz de montar o governo que não fosse um compromisso com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para garantir uma certa governabilidade. No entanto, isso se prolongou por um período muito maior do que o necessário. E como consequência se produziu um prolongamento e aprofundamento da estagnação. O mais grave é o prolongamento dessa estratégia, pelo que permeia a quarta carta de intenções e a presumível quinta carta de intenções que o FMI está pensando com o Ministério da Fazenda. Eu acho que não é, necessariamente, inevitável a política executada durante estes dez últimos meses. Ela pode ser diferente. Esse conceito de “inevitável”, “irreversível”, acho sempre muito idolátrico, de uma postura de alguém que não está querendo ver outra coisa. Se tomarmos o desemprego aberto que herdamos do governo FHC e que se prolonga no governo Lula, não mudou em nenhuma proporção. Nós estávamos com o desemprego aberto em torno de 12, 13% da população economicamente ativa e não reverteu nada. Cadê os dez milhões de empregos que Lula queria criar? Temos uma dívida associada a uma taxa de juros das mais altas do mundo e um PIB que estagnou, mas é evidente que a relação dívida - PIB cresce. Com essa relação crescendo, qual é a “sabedoria” que esta política está gerando? Na realidade, ela está acumulando tensões a curto prazo. Você consegue atender a voracidade dos credores, por quanto tempo? Se não conseguimos, com sustentabilidade, tornar virtual o regime da economia, como podemos garantir que vamos rolar um serviço dessa dívida que não pode ser atendida por 4,2% do PIB, que tiramos dos superávits primários? É apenas um terço do serviço da dívida. Temos que gerar, 12 ou 13 pontos percentuais do serviço da dívida ou então capitalizar para frente. Então estamos criando uma bola de neve. Eu não sou tão generoso para dizer que essa política é a única possível. Temos que assumir um compromisso mais forte entre crescimento, igualdade e o serviço dessa dívida para que as coisas se tornem viáveis.

IHU On-Line - Alguns membros do governo afirmam que foi retomado o controle da economia, que há sinais de recuperação, que a inflação cedeu, etc. O Sr. concorda com isso?

Guilherme Delgado- Do ponto de vista dos constrangimentos externos, que eram mais fortes, deste ano e do próximo ano, de certa forma, finaliza um déficit em conta corrente bem menor que o do governo FHC, portanto haveria uma situação de necessidade de financiamentos externos bem menor. Por outro lado, há um problema grave de rolagem da dívida interna, que, na estratégia adotada pelo governo, não somente não melhorou, como piorou a situação. Há uma dívida interna maior por causa da alta dos juros. Portanto essa política agrava os problemas. Precisa-se sinalizar com alguma recuperação no gasto público para fazer economia e crescer no ano que vem. Nessa perspectiva, estaríamos fugindo do modelo e do desenho ortodoxo adotado nos dez últimos meses e na promessa da quarta e quinta carta de intenções que é de manter um superávit fiscal de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Acho que há perspectivas pela frente, evidentemente, tendo que mudar alguns rumos. É claro que mudar rumos é enfrentar riscos, mas manter os rumos atuais tem riscos bem maiores.

IHU On-Line- Quais seriam esses novos rumos?

Guilherme Delgado- Precisamos, do ponto de vista da governabilidade, resolver alguns problemas da segurança social e da segurança da nação. Porque temos demandas de segurança social, pública externa, saúde, educação, geração de emprego e desafios da

criminalidade que são muito violentos e estão nos apontando uma certa ruptura do princípio social. Não podemos pensar a economia divorciada da realidade. Quando pensamos uma estratégia econômica que aumenta a tensão e a possibilidade dessa ruptura do princípio social, estamos aumentando em riscos de perda de governabilidade. Nós não podemos governar o País pensando só na segurança dos credores. Os credores têm que fazer um compromisso de pensar na segurança da nação. Não vamos dizer que chega de pagar qualquer coisa aos credores, mas temos que fazê-lo, com equilíbrio, para que o Estado possa prover um conjunto de serviços que ele está impedido de realizar. A infra-estrutura está parada, a segurança pública e social estão precárias e os investimentos necessários para a economia crescer e voltar a ter um mínimo de sustentabilidade estão constringidos por conta dessa estratégia de mitigação do gasto público. Ou fazemos esse movimento e corremos os riscos de desagradar aos credores para fazer um compromisso com a governabilidade, ou agradamos aos credores, correndo o risco de perder tudo, inclusive a possibilidade de tratar os credores daqui a um ou dois anos com essa benemerência com que vêm sendo tratados.

IHU On-Line- Quais as características da economia e finanças brasileiras (ou de seus governantes) que impediram o Brasil de tomar o caminho que outros países, como a Argentina e a Rússia, tomaram em relação à dívida externa?

Guilherme Delgado- A Argentina não caiu no *default* por políticas de soberania. Ao contrário, foi pela ultra-ortodoxia do Ministro argentino Domingo Cavallo e a impossibilidade de fazer qualquer pagamento. O mesmo aconteceu com a Rússia. Em 1999, caiu no *default*, porque usou a política ultra-ortodoxa do FMI, assim como alguns países asiáticos. Nós temos agora espaço para manobrar, para fazer uma política diferente e colocar compromissos de segurança social e nacional na frente desse compromisso de segurança dos credores. Do contrário, corremos o risco de não ter segurança de ninguém, como aconteceu no caso da Argentina, ou da Rússia, que aliás, já passados 4 anos não quebraram, continuam funcionando. Meu maior receio é nós postergarmos a política do FMI mais dois, três, quatro anos. Já viemos mantendo-a desde 1998, e sem nenhuma função. Se a política do FMI fosse boa, nós já estamos na quarta carta de intenção, a situação seria diferente. A primeira foi em 1998. De lá para cá, estamos reproduzindo todo ano esse receituário que não permite a economia crescer. Sem crescimento, não se faz uma série de compromissos que a sociedade requer. Temos que fugir da ortodoxia. Ela nos leva ao *default*. Não é o contrário. Às vezes, a mídia explica bem o contrário. A ortodoxia nos leva ao calote não por opção mas por absoluta impossibilidade de cumprir. Ou então ela leva a uma crise social de caráter ingovernável. A mídia, muitas vezes, não nos ajuda a fazer ligações entre as diversas instâncias da sociedade. Quando vemos a criminalidade organizada crescendo do jeito que está, pensamos que isso é um fenômeno de polícia, mas não é só de polícia, é de política, ou seja, há um conjunto de banditismos que envolve narcotráfico, sistema financeiro, contrabando, descaminhos, droga e tudo o mais que, na realidade, está se imiscuindo nesse espaço criado pela falta de esperança e pela falta de política para o País resolver seus problemas de desigualdade. Não se pode tratar a sociedade segmentando-a: a política econômica é boa, a política social é má. A política é péssima, está nos mantendo numa espécie de falso otimismo, porque quase não resolvemos nem enfrentamos os problemas do País.

IHU On-Line- Essa postura reflete o pensamento de uma corrente dentro do governo?

Guilherme Delgado- Reflete a forma de como as pessoas do governo o estão dirigindo: de uma forma sem compromisso com a sociedade. O compromisso básico é sustentar um superávit primário que mantenha também os mercados capitalistas financeiros satisfeitos e

confiantes. Se nós não temos essa lógica e apresentamos uma outra engenharia de encaminhar a solução, estamos perdidos. Isso é uma idolatria do sistema financeiro sobre a sociedade.

IHU On-Line- O Sr. acredita que possa haver mudança?

Guilherme Delgado- Não pela iniciativa do governo, talvez por alguns setores da sociedade, no sentido de resgatar compromissos históricos do PT, como a carta da reforma agrária, uma negociação mais soberana na Alca, uma tentativa do governo Lula de abrir canais de comunicação internacionais com outros segmentos fora do binômio União Européia – Estado Unidos, por aí talvez possamos vislumbrar alguma coisa. Acho que a negociação da Alca foi uma das poucas iniciativas do governo Lula bem construídas. Ele conseguiu, num gesto de competência, afastar o argumento dos serviços e da Alca total, da agenda de discussão. Demonstrou que o governo, quando sabe para onde quer ir, consegue reverter o jogo de forças. Quando não sabe o que quer, fica subordinado ao jogo ideológico do adversário. A negociação da Alca é um bom exemplo de sabedoria política. Mas é possível ver que, dentro do governo, há setores que trabalham fortemente contra isso. Há setores que defendem uma alienação automática com os EUA e com a estratégia do FMI. Estou vendo sinais contraditórios. Estou torcendo para que esses sinais se construam, se pavimentem, mas não tenho ainda clareza.

**AINDA NÃO SE CRIOU UMA ALTERNATIVA
DE DESENVOLVIMENTO PARA UM PAÍS COMO O BRASIL**

Entrevista com Tarso Genro

Para o Ministro Tarso Genro, titular da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, ainda está por ser criado um modelo alternativo de desenvolvimento adequado a países como o Brasil. Esse novo modelo deve combinar crescimento, distribuição de renda, inclusão social, controle público do Estado e a compatibilização desse processo com as relações econômicas e políticas globais. Entrevistado pelo IHU On-Line, por telefone, o Ministro afirmou que já estão sendo superadas as questões preliminares e essenciais à criação de um novo bloco social dirigente, capaz de construir o modelo necessário.

IHU On-Line – Os últimos documentos publicados pela Secretaria dirigida pelo senhor mencionam que o Brasil está “a um passo” da superação da crise social e econômica. O que está faltando para o País dar esse passo?

Tarso Genro – É preciso ter uma taxa de juros condizente, um orçamento não-contingenciado, com investimentos públicos em áreas estratégicas, um contrato de parceria público-privado, por meio de uma lei clara que induza investimentos privados em áreas de interesse público. Também é necessário afirmar esta nova identidade internacional do Brasil, mediante uma política de inserção soberana. Aos poucos, esses elementos estão se configurando, neste primeiro ano. Por isso pode se dizer que, no ano que vem, nós vamos retomar o crescimento com sustentabilidade. É pré-condição para a indução do desenvolvimento econômico, em qualquer país, além da credibilidade internacional, a ocorrência de uma estabilidade macroeconômica. É preciso oferecer condições para que os agentes econômicos internos visualizem uma previsibilidade para os seus investimentos. Essa estabilidade foi conseguida.

IHU On-Line –A expressão “credibilidade internacional” não é ambígua? Não há diferenciações entre os vários agentes econômicos internacionais que possam viabilizar um tipo de relação menos subordinada?

Tarso Genro – Há uma terrível e dramática realidade, que é determinada pela tutela do capital financeiro sobre a vida econômica internacional. Mas quando se fala em credibilidade internacional, isso serve para a China comunista, serve para Cuba atrair investimentos na área de serviços de hotéis, serve para a Argentina, que quer novamente participar das relações econômicas globais. Quando se fala em credibilidade internacional, não se quer dizer que o Brasil está pronto para receber capitais especulativos. Quer dizer o contrário: que temos condições de recuperar um ciclo de crescimento, com integração econômica na globalização, capaz de dispensar, a médio prazo, os capitais de curto prazo que nos afogam de forma dramática nas dívidas pública e privada.

IHU On-Line – O senhor tem defendido um modelo de desenvolvimento “em consonância com os mercados”. O que isso significa, exatamente?

Tarso Genro – Significa que hoje quem não leva em consideração o mercado mundial, não promove o desenvolvimento. Foi isso que derrotou a Albânia, que levou a Coreia para a miséria em que ela se encontra. É isso que determina a impotência dramática dos países africanos, deixados à miséria pelo processo colonial, não permitindo que consigam um espaço nas relações econômicas globais. Isso tem causas. É a forma por meio da qual as economias hegemônicas do mundo subordinaram os países da periferia e semiperiferia. Mas isso não nos deve levar a desconsiderar a existência do mercado mundial. Fazer isso seria não levar em consideração a possibilidade de desenvolvimento.

IHU On-Line – Muitos técnicos e especialistas criticam a idéia que o governo tem sustentado, alegando a ausência de precedentes para uma situação como a brasileira, justificando a lentidão das mudanças. Essa alegação não lhe parece exagerada?

Tarso Genro – Quando se diz que a situação não tem precedentes, o que se quer dizer é o seguinte: depois da falência das chamadas democracias populares, depois da falência do socialismo burocrático e estatista, não se criou uma alternativa de desenvolvimento para um país médio como o Brasil, para que se libertasse a nação das garras dos interesses do capital financeiro. Nenhum país fez isso. Alguns países avançaram um pouco, mas aumentaram a concentração de renda, outros avançaram muito politicamente, como a África do Sul que eliminou o *apartheid*, outros países se modernizaram e melhoraram um pouco a sua situação social, como o Chile. Mas nenhum deles criou um modelo alternativo, que combine crescimento, distribuição de renda, inclusão, controle público do Estado, e, ao mesmo tempo, compatibilização desse processo com relações econômicas e políticas globais. Achar que podemos virar as costas para o mundo e fazer no Brasil uma espécie de paraíso albanês, é de uma ingenuidade que não tem nenhuma sustentação.

IHU On-Line – Mas o processo interno não poderia ser mais rápido?

Tarso Genro - Não se trata de ter mais pressa ou menos pressa, mas de ter criado ou não as condições para alavancar o crescimento, com distribuição de renda, com inclusão social e com o controle público da sociedade sobre o Estado. Há questões preliminares e essenciais, que são questões, vamos dizer, até pré-ideológicas. São questões de acumulação interna necessárias para gerar um processo de crescimento. Sem um processo de criação dessas condições preliminares não poderemos controlar a dívida nem proporcionar o desenvolvimento do próprio mercado interno, que é o centro, que é a base, em última instância, para a qual esse desenvolvimento se realiza.

***IHU On-Line* - O esforço para a “criação de um novo bloco dirigente”, idéia contida nos documentos gerados pela Secretaria que o senhor dirige, representa uma posição diversa da ortodoxia adotada até agora?**

Tarso Genro – Sim, a criação de um novo bloco social dirigente implica criar uma comunidade de interesses internos no Brasil, interesses econômicos, políticos, estratégicos, que dêem sustentação para uma transição para um novo modelo. Eu diria o seguinte: é possível conceder que uma grande parte do sistema financeiro ao qual interessa acumular cada vez mais só com a dívida pública esteja num bloco desse tipo? Não, não é possível. Mas deve se conceder que um setor financeiro que tem a idéia de financiar a produção precisa compartilhar desse bloco. O problema é que as categorias por meio das quais se dividem os blocos de interesse da sociedade são diferentes das de outras épocas. Eu pergunto: um processo que levasse basicamente a uma da produção de bens de consumo, como se pretendia na visão das democracias populares na época soviética, poderia trazer a burguesia industrial para o bloco de sustentação de um modelo novo? Não, não poderia. Esse nosso projeto pode e deve trazê-la. Aliás, é uma das formas por meio das quais ele vai incentivar, ampliar e consolidar um forte mercado interno de massas.

***IHU On-Line* – Quais são os sinais políticos indicadores de que estamos na iminência de uma guinada na política econômica?**

Tarso Genro – Os sinais são o rebaixamento sustentado e gradativo da taxa de juros, que foi uma pauta, aliás, do próprio Conselho de Desenvolvimento Social; outros sinais estão representados nas medidas de indução ao consumo popular que o Presidente Lula já tomou; na transformação de grande parte da dívida dolarizada do Brasil em dívida em reais, o que nos dá um controle maior sobre a nossa dívida, e na parceria público-privado, que breca as privatizações e, ao mesmo tempo, chama o capital privado a se integrar nos investimentos de interesse público. Esses são sinais bastante claros de que a retomada de crescimento é uma decisão estratégica do governo.

***IHU On-Line* - Internamente ao governo, quais são as diferenças com relação à montagem de um novo modelo?**

Tarso Genro – Não é adequado traçar qualquer comentário a respeito disso, porque nós estamos num momento em que o Presidente vai conduzir uma reforma ministerial. Uma manifestação desse tipo poderia parecer uma intromissão indevida nas decisões que o presidente vai tomar.

***IHU On-Line* – O anunciado crescimento com inclusão social trabalha com a permanência das relações com o FMI e assinatura de novos acordos?**

Tarso Genro – Está prevista uma remodelação dentro das relações com o FMI, que já serão visíveis, inclusive, no acordo que será firmado em dezembro. A idéia, manifestada, inclusive, publicamente pelo Presidente, é a de garantir um acordo de transição que satisfaça a criação das condições para uma retomada do crescimento brasileiro que não nos leve a qualquer rompimento com o FMI, mas que já, num próximo período, o próprio acordo com o FMI seja dispensável.

DESTAQUES DA SEMANA

Artigo da Semana

O SOL E A PENEIRA

José Luís Fiori é o autor do artigo que reproduzimos a seguir, publicado pela **Agência Carta Maior** em 27 de novembro de 2003. No texto, Fiori argumenta que os países mais fracos só conseguirão defender os interesses do seu capitalismo e de sua população se forem capazes de construir suas próprias estratégias comerciais, junto com políticas macroeconômicas adequadas ao seu nível de desenvolvimento e aos seus objetivos nacionais. Este artigo também está publicado na revista **Carta Capital**, de 3 de dezembro de 2003. A revista publica a 'foto emblemática': da esquerda para a direita, a gerente do Fundo, Anne Krueger, o ministro Palocci, o secretário Levy, e Meirelles, do BC. Segundo a revista: 'um rito constrangedor'. Professor de economia política da UFRJ e da UERJ, José Luís Fiori é doutor em Ciência Política pela USP e autor de vários livros, entre os quais, **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. De Fiori **IHU On-Line** já publicou os artigos **Adeus aos Moedeiros Falsos**, na 41ª edição, de 4 de novembro de 2002; **Lições espanholas**, na 57ª edição, de 28 de abril de 2003; **O Brasil no Campo da Experimentação e da Inovação**, na 58ª edição, de 5 de maio de 2000; uma entrevista na 64ª edição, de 16 de junho de 2003, e outra na edição número 69, de 4 de agosto de 2003.



Existem fotos que falam por si mesmas, não precisam de texto. Algumas inclusive se transformaram na marca registrada de momentos cruciais da história contemporânea. Quem esquecerá as fotos dos estudantes, nas ruas de Paris, em 1968; da resistência de Salvador Allende, no Palácio de La Moneda, em 1973; ou do discurso vitorioso de Lula, na avenida Paulista, em novembro de 2002? Pois bem, a recente foto do anúncio, em Brasília, do novo acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional tem tudo para se transformar numa foto emblemática. Sentados atrás de uma mesa, no centro da foto, o Ministro da Fazenda; à sua esquerda, os dois militantes do PSDB que mandam nas finanças públicas brasileiras; e à sua direita, os dois dirigentes do FMI que mandam nos dois militantes do PSDB, pelo menos, durante a vigência do acordo com o FMI. Com um destaque particular para a figura feminina da mesa e do FMI, seu escárnio e sua ostentação do seu poder, e sobretudo seu ar de deboche com relação às autoridades nacionais, incluindo o Presidente da República. O consultor internacional de Tony Blair, Robert Cooper, poderia utilizar esta foto como ilustração gráfica de sua proposta a favor de um "imperialismo voluntário da economia global, gerido por um consórcio internacional de instituições financeiras como o FMI, e apoiado na aceitação por parte dos Estados que se abrem e aceitam pacificamente a interferência das organizações internacionais".

O que leva um país independente a aceitar este tipo de humilhação? Por que uma autoridade de um governo soberano, com um mínimo de dignidade, aceita participar desta encenação, expondo sua submissão "ao vivo e a cores", em transmissão direta para todo o País? Não se trata de uma pergunta simples, nem existe uma resposta fácil, mas se for por causa dos motivos econômicos alegados a favor do acordo com o FMI, eles não exigem nem explicam este espetáculo vergonhoso. De qualquer maneira, a defesa do acordo e a promessa que será

o último a ser assinado pelo País não são novas nem originais, repetem-se pelo mundo afora, e no Brasil, desde 1998, quando o FMI formulou a estratégia econômica do segundo governo Cardoso/Malan. São dois os argumentos fundamentais utilizados pelos seus defensores, O primeiro parte da vulnerabilidade externa da economia brasileira e sustenta que o governo seria incapaz de enfrentar uma crise ou mudança do cenário econômico internacional, sem contar com a nova ajuda do Fundo Monetário. E o segundo parte da premissa correta de que não haverá desenvolvimento econômico no Brasil sem a entrada massiva de investimento estrangeiro, e conclui, equivocadamente, que este investimento só virá para o Brasil, com o aval e a garantia dada pelo acordo com o FMI. São idéias repetidas por todo lado, como se fossem verdades indiscutíveis, mesmo quando a entrada de novos capitais, no Brasil, tenha declinado de forma quase contínua, durante os últimos cinco anos em que o País esteve sob a proteção do FMI. Para não falar do desempenho da economia brasileira, durante este período de tutela, quando a taxa média anual de crescimento caiu para 1,7%, o desemprego subiu para 13%, e a renda da população entrou numa queda livre de 17%. Tudo isso enquanto a dívida pública disparava, e as reservas do País caíam de US\$ 31,5 bilhões para US\$ 14,2 bilhões. No início de 2003, a previsão de crescimento das autoridades econômicas brasileiras foi de 2,8%, mas hoje todos aceitam que não passará de 0,8%, e alguns acreditam que seja ainda menor, ficando em apenas 0,4%. Agora de novo, em 2004, a previsão de crescimento é de 3,8%, mas não há nenhuma garantia de que este valor não venha a ser ajustado, uma vez mais. O que não se diz é que, embora se cumpram as previsões, se tratará de um crescimento que tem poucas possibilidades de ser sustentado, e assim mesmo, será irrisório, do ponto de vista das necessidades de emprego e salário da população brasileira. Mas o mais importante - do ponto de vista da discussão sobre o acordo com o FMI - é que esta previsão de crescimento para 2004 vale para todas as "economias emergentes" do mundo, tenham elas assinado ou não acordos com o FMI. E o pior é que uma pesquisa recente da revista *The Economist*, mostra que o crescimento do Brasil estará em 19º lugar, entre as 25 principais economias emergentes do mundo, atrás inclusive da Argentina, do Peru, da Venezuela e do Chile, para ficar apenas na América do Sul, e dentro de um grupo de países, onde nem todos seguem a mesma cartilha da política macroeconômica brasileira.

Primeira crença: "credibilidade internacional do País"

Como explicar a defesa e manutenção desta estratégia, se seus resultados têm sido tão modestos e insuficientes? Por causa de duas crenças ou convicções, profundamente enraizadas no senso comum. A primeira tem a ver com a chamada "credibilidade internacional do País". Uma expressão ambígua, e que não pertence estritamente ao campo da economia, cabendo melhor na área da psicologia ou da ética. Mas existem algumas perguntas que nunca são formuladas ou nunca são respondidas: quem é que crê, e crê no quê? E do outro lado: quem quer ser acreditado, em quê, e por quem? Quando a imprensa fala de "credibilidade", ela passa a idéia de que todos estão de acordo, e todos querem e acreditam nas mesmas coisas, mas isso não corresponde aos fatos. Se todos precisassem acreditar nas mesmas coisas, e fosse esta mesma "credibilidade" que estivesse por trás da preferência dos investidores, como explicar que eles invistam de forma idêntica, em países que têm regras e praticam políticas tão diferentes? E como explicar que eles invistam muito mais em países que não seguem os cânones do FMI? Só se deixarmos de lado as ideologias e olharmos as coisas como elas são, e neste caso, o que nos ensina a história é que o capital nunca andou atrás de "bons comportamentos", nem teve medo de políticas heterodoxas ou da presença do Estado na economia. Se fosse assim, eles não estariam na China, que rejeita a cartilha do FMI, mas mesmo assim é o país que mais recebe investimento estrangeiro, depois dos EUA, e isso há

muitos anos. O que os capitais buscam de fato é a maximização dos seus lucros e de suas oportunidades de acumulação, independentemente de quais sejam as políticas econômicas, desde que elas garantam o crescimento econômico, o seu lucro e a estabilidade das decisões e das regras definidas por cada governo nacional. Respeitado este princípio, os caminhos do capital e do capitalismo têm sido extremamente ecléticos, cabendo, portanto, aos governos, em primeiro lugar, definir suas prioridades, objetivos e políticas, e em segundo lugar, mantê-las através do tempo para, então, conquistar a famosa “credibilidade”. Deste ponto de vista, pode-se compreender melhor a confusão explícita e intencional que alguns fazem entre a idéia correta de que o capital e os investidores desejam que existam objetivos, regras e políticas estáveis, e o desejo dos ideólogos liberais, de certos órgãos da imprensa e de alguns lobbies, de que estas regras sejam as preconizadas pelo FMI.

Segunda crença: Globalização financeira

A segunda crença generalizada que está por trás da defesa dos acordos com o FMI tem a ver com a natureza do processo da globalização financeira e da generalização das políticas econômicas liberais, durante a década de 1990. Os que acreditam na possibilidade de sucesso de políticas liberais, para o desenvolvimento econômico sustentado de países periféricos, quase sempre também acreditam que a desregulação e a globalização financeira da década de 1990 foram uma obra espontânea do desenvolvimento orgânico dos mercados e do progresso tecnológico. Não conseguem entender que a desregulação e a globalização financeira foram também o resultado estrutural de escolhas políticas, feitas por sucessivos governos americanos, e pelos governos das demais grandes potências econômicas. Como essas pessoas eliminam o poder e a política internacional do campo da economia global, fica difícil para elas ver e compreender a forma em que as políticas econômicas liberais operam globalmente, transferindo o poder de mando e a soberania econômica dos Estados mais fracos para os Estados mais fortes, do ponto de vista monetário e financeiro. É interessante, nesse sentido, acompanhar a mudança que ocorreu recentemente no Brasil. Existe um número cada vez maior de pessoas que estão abandonando as visões ideológicas do comércio internacional e compreendendo que se trata de um campo de disputas e negociações entre os interesses opostos das nações e dos vários capitais nacionais. É o que está se vendo na discussão da Alca, em que o governo brasileiro trocou a defesa quase religiosa do princípio do livre-comércio por uma posição mais realista, baseada na defesa de interesses nacionais que, em muitos campos, entram em conflito direto com a defesa norte-americana dos seus próprios interesses. O que as pessoas não percebem é que o mesmo problema do comércio existe também no campo da política macroeconômica internacional. Também aí existem enormes assimetrias de poder e de interesse entre as nações, e entre os vários grupos econômicos, dentro de cada uma das nações. Por isso, não existem políticas econômicas com validade universal, que possam atender simultaneamente às necessidades das grandes potências e às das grandes economias em desenvolvimento. Países como Brasil, Argentina, Índia, Rússia ou Indonésia não podem aplicar as mesmas políticas dos países desenvolvidos, se quiserem seguir sua trajetória vitoriosa. Numa economia mundial integrada e desregulada, a política macroeconômica liberal e ortodoxa funciona, nos países menos desenvolvidos, como um instrumento de poder a favor dos capitais das economias mais poderosas, exatamente como no caso dos tratados amplos de livre-comércio, só que de forma mais sutil e destrutiva. Nesse contexto, não há como “tapar o sol com a peneira”: os países mais fracos só conseguirão defender os interesses do seu capitalismo e de sua população se forem capazes de construir suas próprias estratégias comerciais, junto com políticas macroeconômicas adequadas ao seu nível de desenvolvimento e aos seus objetivos nacionais.

Entrevista da Semana

*Publicamos a seguir a entrevista com o professor de filosofia Ruy Fausto, veiculada na **Folha de S. Paulo**, em 29 de novembro de 2003. O governo Luiz Inácio Lula da Silva erra à direita e à esquerda, diz Ruy Fausto, mas seus críticos erram mais, ao apostarem na ruptura. Professor emérito da USP, Fausto é ex-professor da Universidade de Paris 8. Um dos maiores estudiosos da obra de Karl Marx e do marxismo, é autor de vários livros sobre a tradição dialética e seu sentido contemporâneo, entre os quais citamos **Marx: Lógica e Política**. São Paulo, Brasiliense, 1987; e **Dialética Marxista, Dialética Hegeliana: a Produção Capitalista...** São Paulo: Paz e Terra, 1997. Ruy Fausto descrê, contra a esquerda clássica, da possibilidade de a ruptura anteceder a reforma da sociedade.*

Folha - O senhor já disse que o núcleo dirigente do governo Lula tem pouca experiência democrática. Quais as conseqüências disso?

Ruy Fausto - Há um lado positivo na história de Lula e de boa parte dos membros do governo. O fato de que vários deles sejam ex-militantes de extrema esquerda ou sindicalistas, de certo modo, os vacina, direta ou indiretamente, contra a extrema esquerda. Mas não é gente formada na idéia de democracia. Existe um traço autoritário no núcleo que dirige o PT e o governo. Mas o governo erra por mais de um lado. Existe um risco de direita e um risco (ou riscos) de pseudo-esquerda.

A direita e a pseudo-esquerda

Folha - Quem é direita e o que é pseudo-esquerda?

Fausto - Por um lado, há o fato de que, no Banco Central e no Ministério da Fazenda, existe muita gente ligada à ortodoxia econômica. A meu ver, a política inicial do governo, de não-enfrentamento com o FMI, foi correta. Mas só como ponto de partida. Entretanto, eles blindaram os cargos mais importantes com pessoas muito comprometidas com a ortodoxia. O ideal seria ter gente de esquerda fazendo essa política de apaziguamento. Isso não aconteceu ou porque não houve gente de esquerda com suficiente jogo de cintura para executar essa política, ou porque eles quiseram dar uma mensagem muito clara de que não romperiam -logo, pelo menos- com a ortodoxia. E eles evidentemente exageraram.

Por outro lado, existe um grupo desenvolvimentista - não me refiro a todos os desenvolvimentistas do governo- que está principalmente no BNDES e representa o contrário dessa linha. Pelas informações que se tem, trata-se de um grupo de estilo muito autocrático, com um discurso nacional-autoritário, pelo menos por parte de alguns. Se a posição dos neoliberais não é boa, o estilo do BNDES também não é. A propósito, precisamos menos de hegemonismo brasileiro do que de solidariedade latino-americana.

Terceiro risco: se o movimento camponês tem indiscutivelmente um papel importante no seu esforço em acelerar a reforma agrária, a ideologia do MST é neoguevarista e totalitária.

As suas escolas de quadros não anunciam nada de bom. Existem assim vários riscos para o governo e dentro dele. Mas há também muita gente boa. E houve acertos.

Folha - O senhor parece ter simpatia por posições da social-democracia?

Fausto - Na social-democracia existem coisas positivas e negativas. O bolchevismo, em comparação, foi um desastre. Se fizermos um balanço da primeira, algumas coisas escapam. Do bolchevismo, só as boas intenções, e ponto. Na França, país marcado pela social-

democracia (além do gaullismo), há três coisas essenciais: cobertura de saúde universal, ensino público gratuito de bom nível e transporte público eficiente. Nos países nórdicos, houve um projeto de reforma bastante radical não muito centrado no Estado, mas com redistribuição de renda via Imposto de Renda. Minha impressão é que a gente de esquerda no Brasil se interessa pouco por essas coisas... Como lá não se fuzila, pode-se entrar e sair do país, não deve ser sério... Preferem-se as "coisas fortes", revolução...

Folha - As dificuldades do governo Lula são também sintomas de crise da esquerda?

Fausto - A esquerda foi muito marcada por um projeto revolucionário. As reformas não seriam o caminho: o essencial seria a revolução social. Essas idéias penetraram profundamente na esquerda européia, e aqui, em alguma medida, elas se conservam. Identifica-se a esquerda com o projeto revolucionário clássico. É preciso separar as duas coisas.

Não creio que isso signifique aceitar, sem mais, o chamado reformismo. Até aqui se pensou que a ruptura viria antes da reforma. Dever-se-ia inverter essa relação e imaginar que uma mudança radical só pode vir depois da reforma. Ou no curso desta. Vamos começar pela reforma, sem especular se houve ruptura. Essa espécie de fetichismo da ruptura (de que seria preciso quebrar o sistema, romper a legalidade) não significa nada. É preciso definir os objetivos da esquerda. Eles não se identificam mais com o fim da propriedade privada.

Devemos supor que esta deve subsistir, como o dinheiro. É necessário repensar certa tradição da esquerda, porque a política violenta, revolucionária, levou, na pior das hipóteses, ao genocídio, e na melhor, a governos ditatoriais. E, finalmente, à volta ao capitalismo, freqüentemente um capitalismo selvagem.

A esquerda que critica o governo Lula: três casos.

Emir Sader, Paulo Arantes e Francisco de Oliveira

Folha - A esquerda que critica o governo Lula parte desses princípios da esquerda tradicional?

Fausto - Parte. Distingo três casos. Há os castristas, como [o sociólogo] Emir Sader. A propósito dos fuzilamentos em Cuba, ele escreveu que não eram obrigatórios, o que significa que... eram facultativos. Em um de seus artigos no Monde Diplomatique, diz que não sabe se o Lula vai poder realizar seus projetos nesse quadro institucional. O que é sintomático. A acrescentar, entre os castristas, os cristãos de extrema esquerda, que são uns cristãos estranhos, que justificam execuções. Os socialistas laicos, não-cristãos, temos uma idéia diferente sobre o que vale a vida humana. Em seguida, vêm os que começam com esquemas quase revolucionários -ruptura com o FMI-, mas sem pôr todos os "pingos nos is" nem discutir as conseqüências. Também jogam, mesmo se mais implicitamente, a carta revolucionária. Pensam ter um curinga na mão, mas esse curinga é na realidade uma carta falsa. Depois... Depois há o Paulo Arantes [professor de filosofia da USP, considerado um dos principais intelectuais da esquerda brasileira]. O discurso de Arantes é de estofado anarco-marxista. Tem a marca do Marx, mas também de uma crítica da posição marxista. As duas coisas desembocam num discurso que, a meu ver, é regressivo e niilista. Paulo Arantes fala do império, do império e do império. Mas existem outras forças e personagens que precisam também ser pensados: os "outros" do império, bons ou maus. Há um pólo que poderá ter um papel positivo, a União Européia. Também a ONU. E há o lado do horror: é preciso pensar gente como Saddam Hussein, como o [ex-ditador iugoslavo Slobodan] Milosevic, como o Bin Laden. Várias dessas figuras, embora não todas, são de déspotas. Podemos nos fixar nessa idéia, que remete também ao caso dos despotismos de "esquerda". Ora, os marxistas não

falam de déspotas. Por uma razão muito simples: em Marx não existe o conceito de despotismo -salvo o "despotismo oriental".

Essa noção não existe lá, e portanto um marxista não pode pensá-la. Os melhores marxistas, quando começaram a refletir sobre o Stálin, falaram em burocracia. Mas Stálin era mais um déspota do que um burocrata.

Folha - O instrumental marxista, portanto, é insuficiente?

Fausto - É. Quem tentou pensar o despotismo foram os liberais, só que eles não viram o problema de classe. A noção de despotismo, depois deles, se perdeu. Quem refletiu sobre o despotismo foi o Montesquieu. Claro, nele se encontra o despotismo oriental, mas como uma figura política maior. Se você falar a um marxista que o Saddam é responsável pela morte de talvez um milhão de pessoas, ele não tem nada a dizer. Saddam é pior do que Bush.

Só que o Bush tem um império mundial. É por isso que somos contra a guerra americana. Eles consideram essa gente como epifenômenos do império, manifestações da totalidade. Isso é um enorme engano. Cada um deles é o que é. É preciso examinar o que eles são.

No discurso de Paulo Arantes há ainda um antijuridicismo violento. E aí ele se funda no Carl Schmitt, que é um teórico radical da direita. Essa aliança não é ocasional. O que ele tira de Schmitt? Essa visão antijurídica, e através dela o ataque à democracia. Claro que Arantes não vai até a conclusão de Schmitt, que é o governo autocrático, e, no final, o governo nazista. Mas ele vai até a crítica da democracia. Trata-se de mostrar a cumplicidade da democracia com as formas totalitárias. Isso é perigoso. Sobre o Brasil, diz que, paradoxalmente, com a democratização, aumentou a violência. Porém ela não aumentou por causa da democracia. Aumentou por causa da desigualdade. Sem dúvida, sob um governo totalitário há menos violência urbana, o que não é paradoxal. Na época de Stálin - Soljenitsin nos conta -, não tinha violência na rua, na URSS. Por outro lado, é inerente à democracia o problema da sua defesa. Mas que solução vamos dar? Acabar com a democracia?

Folha - E a crítica [de Arantes] ao governo Lula? É uma crítica ao capitalismo como um todo, quando ele estabelece relação entre consumo e violência?

Fausto - Sobre o consumo, aí, que ele me desculpe, mas somos obrigados a discutir a nossa própria posição dentro do sistema. Nós, professores das grandes universidades públicas, aposentados ou em vias de nos aposentar, temos uma posição de privilegiados (ainda que não de grandes privilegiados). Não estou pregando renúncia aos bens, mas acho que devemos levar em conta a nossa situação. Nós consumimos. O povo precisa consumir, também quer consumir.

Folha - Sobre o "Ornitorrinco", texto do sociólogo Francisco de Oliveira a respeito do Brasil contemporâneo, qual a sua opinião?

Fausto - No caso do Chico [Francisco de Oliveira], a vantagem que ele tem sobre o Arantes é que ele conhece muito sobre o Brasil. Mas tende também a uma espécie de totalização excessiva e tem uma postura demasiadamente clássica. Ele se refere a certas pessoas que vieram da classe operária e se transformaram em administradores de fundos. Esse fenômeno [descrito no texto de Oliveira] não é muito novo. Na história da social-democracia, isso se encontra desde pelo menos os anos 30. Em segundo lugar, isso não é sempre negativo. Vejam o caso da Suécia. Houve lá um projeto feito por um "homem-ornitorrinco" típico, um economista de um sindicato, gestor de fundos de pensão. Em certo momento, nos anos 1970/1980, eles apresentaram um projeto de aquisição de parte das indústrias do País. Isso provocou um verdadeiro pânico na direita, que, aliás, acabou ganhando as eleições. Então o problema não é

que tenha gente de origem operária que vai administrar fundos, o problema é o de como eles vão administrar. E não vamos ter medo dessas formas. Se você partir de um esquema clássico (estatização universal, ditadura revolucionária etc.), isso é o fim do mundo, acabou tudo. Mas esse esquema clássico "dançou", e a gente tem de pensar que as novas formas, dentro de certas condições, não são necessariamente ruins. Pode haver formas monetarizadas que não são a rigor capitalistas. Isso deve ser observado também a propósito dos projetos cooperativistas de uma das secretarias do governo. Por outro lado, Chico de Oliveira não pensa as marcas deixadas na história pelos caminhos e descaminhos da esquerda. A história contemporânea tem de ser lida também como resultado dos "descarrilhamentos" da esquerda inscritos nessa história (China, Rússia...). Chico "totaliza" demais. Por exemplo, no melhor estilo holístico, quer estabelecer continuidade entre a violência do império e a criminalidade. Mas a criminalidade é tanto patologia da ordem como da contra-ordem, e não se identifica, sem mais, com a violência do império. A propósito, para me referir a um detalhe ilustrativo: ao contrário do que pensa Chico de Oliveira, o Comando Vermelho se chama assim porque infelizmente foi instruído também por gente de esquerda. E a grande criminalidade teve contatos com a triste guerrilha colombiana.

A crítica de Fernando Gabeira

Folha - Como é que o senhor vê a atuação do outro grupo de intelectuais, que, muitas vezes, se esforçam para justificar as ações do governo Lula? Valem mais que os críticos?

Fausto - Dizer amém ao governo não serve. De minha parte, não assino cheque em branco para ninguém. Mas a crítica radical é muito ruim. O que me preocupa no grupo radical é que estamos perdendo a oportunidade de fazer uma crítica séria ao governo. Por exemplo: a reforma da Previdência teria que ser seriamente discutida. A reforma tem coisas boas. Deveria ter sido apoiada na questão dos juízes. Idem na modificação dos prazos para a aposentadoria. Os tetos poderiam ser mais altos. Em matéria de críticas ao governo, a posição dos tucanos também não é solução. O balanço do período FHC não é extraordinário. Para não falar de certo tipo de crítica nitidamente reacionária - não me refiro especificamente aos tucanos - por parte de gente que fez campanha de terror no momento da eleição do Lula. Esses defensores intransigentes do capitalismo e de suas desigualdades aberrantes não têm nenhuma autoridade para falar em "direitos democráticos", "honestidade administrativa" etc. etc.

Quem fez uma excelente crítica do governo e das forças nele dominantes foi o [Fernando] Gabeira: sua crítica ecológica atinge os neoliberais e os nacionais-desenvolvimentistas. E como ele fala também da atitude do governo em relação a Fidel Castro, atinge ainda os neoguevaristas. Vamos tentar uma saída de esquerda, democrática.

Folha - Mesmo na parte política, o governo não poderia ter fugido a certo continuísmo? O que o governo Lula poderia ter apresentado como novidade e que não fez?

Fausto - O que não fez? A política internacional é bastante boa, mas tem o caso de Cuba. Lula faz uma viagem a Cuba em que poderia ter feito um gesto em favor dos dissidentes. Eu diria que ele tinha o gol à frente, era só chutar. Passaria já para a história como o homem que enfrentou Bush e que, ao mesmo tempo, foi capaz de dizer não a Fidel Castro. Ele iria ser o herói da esquerda democrática mundial. Perdeu essa oportunidade. Nomeia um embaixador em Cuba que é um amigo pessoal de Fidel Castro. Lula e outros têm relações afetivas com Castro, mas nós não temos nada a ver com isso. Muitos, entre os milhões de brasileiros que, como eu, votaram em Lula, não têm nenhuma simpatia por ditadores do Terceiro Mundo.

Livro da Semana

OS INTELLECTUAIS NA IDADE MÉDIA

Jacques le Goff. Trad. Marcos de Castro.

Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. 256 págs.

LUZES NA CIDADE

Em *Os Intelectuais na Idade Média*, Jacques le Goff defende que os séculos XII e XIII presenciaram uma enorme ebulição do pensamento. Quem defende essa idéia é o filósofo Renato Janine Ribeiro, no artigo a seguir, comentando a obra, publicado na **Folha de S. Paulo**, em 5 de outubro de 2003.

O medievalista Jacques Le Goff é um dos principais expoentes da história das mentalidades. Nascido na França em 1924, formou-se em história e logo se integrou à escola dita das (a palavra é feminina) **Annales**, revista da qual é atualmente co-diretor. Entre outras altas distinções, Le Goff acaba de receber a medalha de ouro do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), pela primeira vez atribuída a um historiador. Boa parte de sua obra está ao alcance do leitor brasileiro, traduzida para o português. Entre elas citamos **Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Lisboa: Estampa. 1980; **Mercadores e banqueiros da Idade Média**. Lisboa: Gradiva. 1982; **A civilização no Ocidente Medieval**. Lisboa: Estampa. 1984; **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp (Reunião dos artigos do autor publicados na Enciclopédia Einaudi). 1990.

Renato Janine Ribeiro é professor de Ética e Filosofia Política na USP. Ele esteve na Unisinos, a convite do IHU, no dia 12 de junho de 2003, ministrando palestra nos eventos **IHU Idéias** e **Ciclo de Estudos sobre o Brasil**. Estas apresentações originaram o sexto número de **Cadernos IHU Idéias**, com o título **Brasil: entre a identidade vazia e a construção do novo**. É doutor e livre-docente em Filosofia pela USP. Publicou, entre outros, os seguintes livros: **Ao leitor sem medo - Hobbes escrevendo contra o seu tempo** (Belo Horizonte: UFMG, 1984), **A última razão dos reis - ensaios de filosofia e de política** (São Paulo: Companhia das Letras, 1993), **A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil** (São Paulo: Companhia das Letras, 2000, Prêmio Jabuti) e, ainda, **Democracia** (2001) e **República** (2001), ambos na coleção *Folha explica*, São Paulo: Publifolha. Recentemente, lançou o livro **A Universidade e o Tempo Presente** (Rio de Janeiro: Campus. 2003).

Renato Janine Ribeiro esteve participando do Simpósio Nacional do Bem Comum e Solidariedade: Por uma ética na política e na economia, em junho de 2002, apresentando o tema **A política e o Bem Comum: por uma sociedade politicamente democrática**. A conferência está publicada no livro NEUTZLING, Inácio (org.), **Bem Comum e Solidariedade. Por uma ética na economia e na política do Brasil**, São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003, p. 31-39. O **IHU On-Line** publicou uma entrevista com Renato Janine Ribeiro na edição n.º 24, de 24 de julho de 2002, e outra entrevista, realizada pelo **IHU On-Line**, na 63ª edição, de 9 de junho de 2003.

Jacques Le Goff, com o já morto Georges Duby (1919-1996), dominou, no último meio século, o medievalismo francês. Isso não é pouco, se lembrarmos que, nesse período, ocorreram duas importantes novidades. A primeira é que recuou a imagem convencional da Idade Média como época do atraso e do preconceito. A segunda é que a história, inclusive a medieval, tornou-se sucesso de público e de venda. As obras apaixonantes desses dois autores contribuíram para essa evolução.

É claro que, no Brasil e na maior parte do mundo, a opinião menos culta ainda acredita numa Idade Média que seria das trevas; chamar alguém de medieval continua sendo uma acusação. Mas Le Goff e Duby, escritores ambos, além de historiadores - quero dizer, dominando tanto a linguagem quanto o seu ofício de cientistas -, deram passos para, quem sabe, um dia o adjetivo "medieval" se tornar elogioso.

É o que vemos neste livro de divulgação de alta qualidade que é ***Os Intelectuais na Idade Média***, lançado em 1957, revisado em 1984 e de novo em 2000. Le Goff concentra seu foco no surgimento das universidades, em especial de três grandes - Bolonha, Paris (a Sorbonne) e Oxford. A tese principal é a de que, por volta dos séculos XII e XIII, há uma enorme ebulição do pensamento, devido ao aumento de seu peso social, o que já se anunciava, pelo menos desde Abelardo, que mudara o clima do pensamento europeu. Le Goff reconhece ter havido uma renascença carolíngia, por volta do ano 800, mas distingue esse movimento - confinado às elites - do que começará com Abelardo. O surgimento do que ele chama de intelectuais não é ação das elites nem se restringe a elas.

Aqui está o eixo deste rico livro: como o pensamento circula pela sociedade, como age sobre ela - e como ele é produzido? Não é fortuito que no prefácio Le Goff mencione Gramsci e sua teoria sobre os intelectuais orgânicos, preocupado que foi o marxista italiano em entender a participação social de quem pensa. Daí, também, a evidente simpatia de Le Goff pelos pensadores dos inícios das universidades. Elas são internacionais, têm autonomia, não hesitam em fazer greve.

Debates fundamentais se travam, então, por exemplo, entre o ensino gratuito e o pago. Os professores tendem mais ao ensino pago pelos alunos, enquanto a igreja defende a gratuidade, até se dispor a arcar com o pagamento aos docentes, mas obviamente em troca da submissão deles a ela. O leitor atual assim percebe que esse não é o mesmo debate que hoje ocorre entre as duas modalidades de pagamento pelo ensino, pelo aluno ou pelo Estado. Apreciamos o nascimento das universidades, mas medimos toda a distância que há entre elas e as nossas.

No final, porém, temos a história de uma decadência. O outono da Idade Média, para usarmos a bela expressão de Johan Huizinga, é também o declínio das universidades. Elas se subordinam aos poderes dos reis, da igreja e do dinheiro. Os professores se enriquecem. Querem ser nobres. Equiparam-se à ordem da cavalaria. Emprestam dinheiro a juros, penhoram os livros dos alunos seus devedores. O gume de seu pensamento se embota. Já não têm o vigor de seus antecessores.

E assim, conclui Le Goff, nasce o humanista do século XV, do Quattrocento. Esse personagem tão elogiado tem, para o autor, uma imagem negativa. Prioriza a retórica sobre a ciência. Isola-se. Sai da cena pública. Escolhe, contra a vida ativa do pensador imerso na cidade, uma vida contemplativa.

Repito: Le Goff é um dos maiores historiadores atuais. O mérito inegável deste livro é proporcionar uma excelente introdução ao nascimento dos intelectuais. Mas isso não nos impede de formular uma crítica. O papel dos intelectuais é bem delineado, mas suas idéias nem tanto. O leitor filósofo nota uma certa simplificação dos embates intelectuais. ***Os Intelectuais na Idade Média*** vale mais pela sociologia que deles propõe do que pela reconstituição de suas idéias. Se Le Goff já simplifica o pensamento de São Tomás de Aquino e dos averroístas, ele se torna realmente injusto ao tratar de Marsílio de Pádua e de Guilherme de Occam (ou Ockham, como aparece na competente e elegante tradução brasileira).

O papel de ambos foi fundamental, na contestação ao poder da religião e na elaboração de um mundo leigo. Umberto Eco que o diga, que se inspirou neste último para construir seu herói sherlockiano, frei Guilherme de Canterville, em ***O Nome da Rosa***.

Por que essa, digamos, deficiência, num livro de tanta qualidade? Certamente porque a fecundação social pelas idéias é aqui a grande preocupação de Le Goff. Pessoalmente, concordo com esse empenho seu. Mas isso não implica que autores de alto quilate sejam apresentados como decadentes, só porque um certo ceticismo substitui a crença no poder da razão. Esse é um defeito menor, porém provavelmente um sinal de quando, 50 anos atrás, a esquerda era intensamente iluminista e defendia a razão contra os que, dizia ela, promoviam sua destruição. Hoje, não pensamos mais numa só razão, mas em várias. Nada disso, porém, reduz a qualidade de um livro que mostra como surgiram os intelectuais, lutando com os monges, para criar um espaço urbano do pensamento, o qual iria fazer de liberdade e de pensamento termos quase sinônimos.

Memória

ALBERT CAMUS

A editoria *Memória* traz nessa edição um artigo de autoria de Angel Berlanga, sobre os 90 anos do nascimento do escritor francês Albert Camus. O texto foi originalmente veiculado no jornal **Página 12**, em 7 de novembro de 2003. A tradução é da equipe de **IHU On-Line**. De família francesa e nascido na colônia argelina, Camus trabalhou como jornalista e ator. Em 1942 consagrou-se com o romance **O Estrangeiro** e o ensaio **O Mito de Sísifo**. **A Peste**, romance publicado em 1947, consagrou-o como grande escritor. Publica um novo ensaio em 1951 (**O Homem Revoltado**), escreve **A Queda** e os contos de **O Exílio e o Reino**. Em 1957 ganha o Prêmio Nobel de Literatura. Após a sua morte num acidente de automóvel, publica-se o seu **Diário** e algumas obras de juventude.

Na 49ª edição de **IHU On-Line**, de 24 de fevereiro de 2003, o professor Dr. Pedro Gilberto Gomes, pró-reitor de Ensino e Pesquisa da Unisinos, citou Albert Camus como autor de referência na editoria *Meu Clássico*.

AS TIRANIAS SEMPRE DIZEM QUE SÃO PROVISÓRIAS

Autor de clássicos como **O estrangeiro** e **A peste**, ensaísta e jornalista, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 1957, Camus foi um intelectual chave durante a Segunda Guerra Mundial e o pós-guerra. Radicado em Paris desde jovem, crítico persistente de violências de esquerda ou de direita, sua obra ainda pulsa e influi muito além de seus contemporâneos.

“Nasci pobre, sob um céu feliz, em uma natureza com a qual alguém se sente de acordo, não em hostilidade. Eu não comecei, pois, com desesperança, mas sim com a plenitude”, disse Albert Camus em uma entrevista, em 1948, quando tinha 35 anos, e era um intelectual consagrado. A essa altura já tinha escrito, entre outras obras, nada menos que **O estrangeiro** e **A peste**. Cumprem-se hoje 90 anos desde seu nascimento em Mondovi, Argélia, então colônia francesa, e convém anotar, para contrastá-los com aquela citação e sinalizar seu caráter, alguns acontecimentos iniciais em sua vida: quando tinha um ano morreu seu pai e com sua mãe, surda e analfabeta, mudaram-se para Argel, onde iniciou seus estudos; aos onze, quando começou a trabalhar para encher a panela, já se manifestara a tuberculose. É preciso ter uma pele curtida e certo temperamento para sublinhar, diante de tais adversidades, “céu feliz” ou “plenitude”. E não é que se considerasse um otimista: “Eu cresci –dizia– como todos os homens de minha idade, com os tambores da Primeira Guerra, e nossa história, desde então, não cessou de ser crime, injustiça ou violência. Mas o verdadeiro pessimismo, com o que alguém se encontra, consiste em insistir sobre tanta crueldade e infâmia. Jamais cessei de lutar contra

esta desonra e não odeio mais que os cruéis. No mais negro de nosso niilismo, procurei unicamente razões para superá-lo. Não por virtude nem por uma estranha elevação da alma, mas sim por fidelidade instintiva a uma luz sob a qual nasci e que, há milhares de anos, ensinou os homens a saudar a vida até no sofrimento”.

Estava acostumado a dizer que não temia as contradições, porque eram a matéria prima da vida. Era muito jovem quando escreveu que o suicídio é o único problema filosófico verdadeiramente sério (*O mito do Sísifo*, 1942) e se aferrou a sua conclusão: embora não haja alegrias, viver vale a pena. “Para um homem sem anteolhos não há mais formoso espetáculo que o da inteligência em luta com uma realidade que a ultrapassa. O espetáculo do orgulho humano é inigualável”, escreveu. Ele tinha o seu, e vários posicionamentos “incômodos” assumidos frente a contextos conjunturais, coerentes com o que pensava, o tinham robustecido. Quatro exemplos: negou-se a publicar artigos jornalísticos nos meios colaboracionistas durante a Segunda Guerra, entre 1944 e 1947, foi chefe de redação em Paris do periódico **Combat**, órgão da resistência antinazista; depois criticou desapegada e lucidamente “a tirania progressista” do Stalin e foi expulso do Partido Comunista e dos círculos intelectuais de esquerda (daí seu enfrentamento com Sartre, em 1952), e, finalmente, quando em 1958 a Frente de Liberação Nacional começou, em sua Argélia natal, sua revolução anticolonialista, advogou por uma saída pacífica, condenou as torturas e os assassinatos de ambos os lados e elogiou Gandhi como exemplo de lutador revolucionário. Orgulho robustecido, mas também solitário: não havia muitos espaços intelectuais alternativos às disjunções dos dois últimos exemplos.

Abelardo Castillo assinala, em um ensaio contundente, que a idéia filosófica fundamental do Camus é que a vida é sagrada. Diz Castillo: “Não há razões metafísicas (para ele) nem religiosas para viver, mas existem razões éticas para não suicidar-se. Ninguém, justo ou injusto, pode justificar sua existência, mas tampouco ninguém tem direito a matar, nem sequer em nome da justiça”. E adiciona: “Este cristão ateu, este anarquista piedoso, situava-se além da política. Ou dito de um modo melhor, Camus punha a moral além da política. Que tivesse razão ou não, ou que eu pense que efetivamente tinha razão, não muda as coisas. Camus tinha razão em uma história que a negava. As rebeliões dos homens, as guerras, a revolução, exigem semiverdades pragmáticas, não belos evangelhos absolutos. Camus escreveu em um tempo em que criticar o Partido Comunista era julgado, invariavelmente, como fazer o jogo da direita – e embora invariavelmente não o fosse –, também é certo que politicamente resultasse assim. Não lhe importou”. Uma declaração do Camus, em 1950, serve de exemplo ao que diz Castillo: “A tragédia de nossa geração é a de ter visto, sob as falsas cores da esperança, como se sobrepunha uma nova mentira à antiga. Pelo menos, já nada nos obriga a chamar salvadores aos tiranos e a justificar o assassinato do menino pela salvação do homem. Negar-nos-emos, então, a acreditar que a justiça possa exigir, inclusive provisoriamente, a supressão da liberdade. As tiranias dizem sempre que são provisórias. Explicam-nos que há uma grande diferencia entre a tirania reacionária e a progressista. Haveria, assim, campos de concentração que vão no sentido da história, e um sistema de trabalhos forçados que supõem a esperança. Caso isso fosse certo, alguém poderia perguntar-se ao menos sobre a duração desta esperança. Se a tirania, inclusive progressista, dura mais de uma geração, ela significa para milhões de homens uma vida de escravo e nada mais”.

Morreu aos 46 anos, em um acidente automobilístico. Junto a seu corpo se encontrou o original de *O primeiro homem*, a novela que não conseguiu terminar, inédita até 1993. Seus primeiros ensaios, o outro extremo de sua obra, foram escritos quando tinha 22 anos e publicados na Argélia: são os que compõem *Anverso e reverso*. Logo, em 1940, instalou-se em Paris, onde produziu o grosso de seus textos: novelas (*A peste*, *O estrangeiro*, *A queda*), relatos (*O exílio*

e o reino), peças de teatro (*Calígula, Os justos, O mal-entendido, O estado de sítio*) e ensaios (*O mito do Sisifo, Cartas a um amigo alemão, O homem rebelde, O verão*). Também trabalhou como jornalista em vários jornais (muitos desses artigos foram reunidos em três volumes chamados *Atualidades*). *Autocrítica*, uma reflexão publicada no *Combat*, é outro bom exemplo de sua ginástica na contradição: “O ofício que consiste em definir todos os dias, e frente à atualidade, as exigências do sentido comum e da simples honradez de espírito não se realiza sem perigo: pode tomá-la atitude sistemática do juiz, do mestre ou do professor de moral. Deste ofício à pretensão ou à tolice não há mais que um passo”.

Dois anos e pouco antes daquele acidente, em outubro de 1957, tinha recebido o Nobel de Literatura. Foi uma surpresa, porque era muito jovem e sua obra não era tão vasta. “Eu não posso viver pessoalmente sem minha arte”, disse durante a cerimônia de entrega. “Mas jamais coloquei esta arte acima de tudo. Se me for necessário, pelo contrário, é porque não se separa de ninguém e me permite viver, tal como sou, ao nível de todos. A arte não é, a meus olhos, um gozo solitário. É um meio para conhecer o maior número possível de homens oferecendo-lhes uma imagem privilegiada dos sofrimentos e das alegrias comuns.” A influência que exerceu sobre outros escritores é enorme, e há vários exemplos notórios de narradores argentinos: Ernesto Sabato se orgulha de que Camus (com quem conviveu) tivesse elogiado *O túnel*; Antonio Dal Masetto diz que, junto com Pavese, é fundamental para ele; Abelardo Castillo admira sua obra de ficção. Sua influência pode ver-se também nas declarações de dois Nobel dos últimos anos: entrevistados antes de serem premiados, o alemão Günter Grass e o húngaro Imre Kertész disseram que Camus tinha sido uma figura chave em suas formações literárias.

Este homem, nascido em 7 de novembro de 1913, na Argélia, gostava de dizer que tinha sido colocado na distância intermédia entre a miséria e o sol: “A miséria me impediu de acreditar que tudo está bem sob o sol e na História; o sol me ensinou que a História não é tudo”. As fotos que o mostram com o cigarro no canto da boca o assemelham a Bogart, e quiçá, por isso, seus biógrafos assinalam, ele atraía as mulheres. Reconhecia-se algo vaidoso e renegava a comodidade burguesa. Depois do Nobel, alternava seus dias entre Paris e sua casa de campo no Lourmarin, com sua mulher e seus dois filhos. Estava doente, a tuberculose o maltratava. E então aquele acidente lhe venceu as mãos e a morte lhe fechou o caminho. Ali mesmo pulsava o original de *O primeiro homem*.

Deu nos Jornais

Memória de Auschwitz, atualidade moral e política

Com este título, Reyes Mate, filósofo espanhol, publica um livro que, apoiando-se nas idéias dos ‘anunciadores do fogo’ (W. Benjamin, Adorno, Franz Rosenzweig) e nos sobreviventes do Holocausto (Primo Levi, Imre Kertész ou Robert Antelme), analisa as implicações éticas do genocídio na sociedade de hoje. Junto com essa obra, lança uma outra, intitulada *Pelos campos de extermínio*, no qual relata a viagem, durante o verão de 2002, a Auschwitz, Birkenau e Buda Monowitz. Na entrevista publicada no jornal *El País*, 24-11-03, Reyes Mate constata que “há dois tipos de passado: um que chega até o hoje, e outro que desaparece. O primeiro é o dos vencedores, e dele se ocupam os historiadores. Do segundo, que é dos vencidos, se ocupa a memória. A pergunta é como fazer justiça aos mortos”. Para Reyes Mate, “no Holocausto houve três tipos de vítimas. Os mortos, os sobreviventes e aqueles que eram chamados de ‘muçulmanos’, que chegavam ao limite físico e moral do prisioneiro até sentir indiferença frente à vida e aos mortos”.

Auschwitz foi um êxito

Segundo Reyes Mate, “em muitos aspectos, Auschwitz foi um êxito. Hitler inventou uma nova forma de crime: exterminar uma variante da humanidade, a raça judia inteira, e todo o seu patrimônio cultural, seus costumes, sua religião, seus valores... Em grande parte, conseguiu. A modernidade nasce unida a um elemento anti-semita muito forte. Ao mesmo tempo, desde Auschwitz não se pode entender a realidade sem o olhar das vítimas”. Reyes Mate continua: “A memória, dizia Adorno, deve ser o novo imperativo moral, a nova categoria central da filosofia. Para que Auschwitz não se repita. Mas temos que pensar a teoria e a prática, o pensar e o atuar em três frentes: a moral, a estética, a política. Nesta última, pensando que ainda há campos abertos: nos aeroportos, em Guantánamo, no tratamento dado aos imigrantes... Benjamin, que foi um dos anunciadores do fogo, sustenta que os oprimidos nunca saíram desse estado de exceção. O estado de exceção continua existindo. Se para alguns existe, nós, os outros podemos estar tranqüilos?”. Segundo Reyes Mate, “a moralidade só se conquista respondendo à inumanidade. Quanto à estética, a chave é aquela pergunta de Adorno e a resposta que deu Paul Celan quando disse: ‘Sim, mas a poesia tem que ser a poesia do sofrimento’”.

Testemunho e verdade

Escutar as vítimas

“Se ainda hoje, os genocídios se repetem é porque falta memória” – afirma Reyes Mate. “Por isso é necessária uma filosofia que integre Auschwitz: é imprescindível levar a sério o que dizem os testemunhos, relacionar testemunho e verdade. O testemunho é relevante no direito, mas, na filosofia, ele é irrelevante. Semprún diz: “Aconteceu o impensável”. Nem os anunciadores do fogo foram capazes de imaginar tudo. Falaram de campos de concentração, mas não de campos de extermínio. Impensável, mas ocorreu. Isso faz pensar. É preciso pensar a partir daí: ouvir o que ocorreu, revisar os conceitos de convivência, de moral. O ponto de partida é o que dizem os testemunhos. Eles vêem o que a história e o tempo ocultam. Aceitar que dizem a verdade não é vitimismo. Adorno dizia que o sofrimento é a condição de toda verdade. Mas o sofrimento não tem valor no direito, na política, nas teorias da verdade. É sempre um problema. Ou o ocultas ou o exportas. E assim a sociedade vive feliz”.

Gasto social do governo federal em discussão

“A Secretaria do Trabalho da Prefeitura de São Paulo oferece ao distinto público um documento intitulado *Desigualdade de Renda e Gastos Sociais no Brasil: Algumas Evidências para o Debate*. Seu autor é o secretário, professor Márcio Pochman. É uma resposta ao texto *Gasto Social do Governo Central: 2001-2002*, de autoria de nove doutores da equipe econômica, assinado pelo Ministro Antonio Palocci Filho, que foi ao ar há dez dias. Ambos estão na internet”. A notícia foi publicada na coluna de Elio Gaspari, veiculada em vários jornais brasileiros, no dia 23-11-03. Os dois documentos estão nos seguintes endereços: O de Palocci e sua equipe: www.fazenda.gov.br; O de Pochman e sua equipe: www.trabalhosp.prefeitura.sp.gov.br. Segundo Elio Gaspari, “a equipe econômica sabe que, entre janeiro e setembro deste ano, a Viúva pagou R\$ 87,1 bilhões de juros (ou 7,8% do PIB) contra R\$ 711,1 bilhões (ou 6,3% do PIB) em benefícios previdenciários. Pela primeira vez na história, a doce banca conseguiu custar mais caro que a Previdência”. Por sua vez, “o estudo da secretaria paulistana lembra que, entre 2001 e 2002, as despesas do governo federal com juros bateram, de longe, as despesas sociais de natureza não contributiva. (Aqueles que não

resultam da devolução de um dinheiro que a patulêia foi obrigada a entregar ao governo, como os pagamentos à Previdência.) Em 2002, as despesas com juros cresceram 32%. Os gastos sociais não contributivos ficaram onde estavam, pouco acima dos 6% do PIB". Para Elio Gaspari, "até aí, a discussão indica que, no seu nono ano de mandarinato, a ekipekonômica já mostrou que é chegada a uma ruína social, desde que a banca não se aborreça com isso".

E se o Estado brasileiro não existisse...

Para Elio Gaspari, "o melhor momento da discussão talvez esteja numa tabela onde se aprende o seguinte: Se o Estado brasileiro não existisse, sumiriam o INSS, o Banco Central e a Receita Federal. Nesse caso, a renda média dos 10% mais ricos seria 38 vezes maior que a dos 10% mais pobres. Atenção: um metalúrgico que ganha R\$ 2.000 por mês está entre o que se denomina de '10% mais ricos'. Quem tem uma renda média de R\$ 10 mil, como Lula, fica no grupo do 1% mais rico. Havendo Estado, o andar de baixo ganhou um refresco com os programas sociais e a Previdência. A relação melhorou. Os mais ricos ficaram só 33 vezes mais abonados. Ela melhora de novo, quando o Estado vai ao andar de cima e toma impostos diretos, como o de renda. O índice cai para 27. Nos Estados Unidos e na Europa, essa relação não chega a 20. Pindorama parecido com os EUA? Nem pensar. A cavalaria socorre os abonados dando-lhes a remuneração financeira. Os juros do governador Henrique Meirelles. Feito isso, os 10% do andar de cima ficam 29 vezes mais ricos que a patulêia. Será pouco? É pouco. Chegam os impostos indiretos. O ICMS dos BigMacs do dono da Mercedes e de seu motorista ou o IPI dos DVDs de Ronaldinho e do gandula. Ao fim dessa conta, os 10% mais ricos têm uma renda média 34 vezes maior que a dos 10% mais pobres. Mexeu, mexeu e ficou tudo igual".

Racha na economia

Sob este título, o editorial do jornal **Folha de S. Paulo**, 25-11-03, analisa a disputa dos 'desenvolvimentistas' e dos 'ortodoxos' no Governo Lula. O jornal **O Globo**, 25-11-03, traz mais dados sobre esta mesma disputa. O editorial da **Folha de S. Paulo** afirma: "A polarização que aconteceu no governo Fernando Henrique Cardoso entre os economistas chamados de 'desenvolvimentistas' e a equipe econômica liderada pelo Ministro da Fazenda, Pedro Malan, também vai se reproduzindo na gestão Luiz Inácio Lula da Silva. De modo esquemático, na era FHC, Malan era visto pelos oponentes como o centro irradiador de uma política liberal ortodoxa, que veio a se voltar para a formação de superávits fiscais com vistas a administrar o endividamento público e a confiança dos mercados financeiros mundiais. Em contraste, economistas como Luiz Carlos Mendonça de Barros, Luiz Carlos Bresser Pereira e José Serra, em que pesem as diferenças entre eles, coincidiam na idéia de dar ênfase a políticas de crescimento e maior ativismo por parte do governo. A entrevista com o vice-presidente do BNDES, Darc Costa, na **Folha** de 23 de novembro, deixa claro que cisão semelhante está instaurada no atual governo. Tendo como superior Carlos Lessa, um desenvolvimentista histórico, o entrevistado contrapôs-se ao Ministro Antonio Palocci, da Fazenda, e ao responsável pelo Tesouro, Joaquim Levy - cujo órgão foi por ele designado ironicamente de 'secretaria da tesoura'. 'Somos desenvolvimentistas. (...) A Fazenda, não', disse Costa à Folha. Muito desse desencontro emergiu com a compra de ações da Vale pelo BNDES, o que gerou desconforto na Fazenda e em outras áreas do governo. É certo que Palocci e Lessa estão em rota de colisão e que o antagonismo envolve outros ministros. Essa tensão reflete em parte o debate nacional e os impasses da economia, ou seja, a urgência de crescer e os limites impostos a esse objetivo pelo endividamento e pelos mercados financeiros internacionais. Resta saber até que ponto o conflito poderá - como seria desejável - se revelar produtivo e

conciliável num ambiente econômico menos restritivo. Caso isso não ocorra, não é difícil prever o desfecho. Salvo desastre, Palocci, como Malan, parece ser o lado mais forte da queda-de-braço”.

Desemprego e o governo Lula

“Temos de nos despojar de todos os penduricalhos supostamente teóricos e doutrinários e olhar o Brasil com candura. O maior problema é que as pessoas estão vivendo mal. As que têm trabalho estão trabalhando muito, as que não têm estão sem muita esperança. Se o governo Lula não enfrentar essa questão, quem vai? Essa história de ser confiável para o mercado, de agradá-los, rapidamente muda. O humor vira. A equipe econômica de Fernando Henrique fez isso o tempo inteiro e nem por isso os mercados deixaram de se comportar como eles realmente se comportam. Não como eles dizem que se comportam”. A opinião é de Luiz Gonzaga Belluzzo, economista, professor na Unicamp, em entrevista para o jornal **Valor Econômico**, 21-11-03.

O papa dos paradoxos

Um debate entre Régis Debray e Paul Valadier

A revista francesa **Témoignage Chrétien** publicou um número especial, no mês de outubro, dedicado integralmente aos 25 anos do pontificado de João Paulo II. O título da capa é *Jean Paul II. 1978-2003. 25 ans de pontificat*. O ponto alto desta edição especial da conceituada revista é o debate sobre o pontificado de João Paulo II entre Régis Debray e Paul Valadier. Régis Debray é filósofo, professor de midiologia. Ele preside o Instituto Europeu de História e Ciências das Religiões. É conhecido, na América Latina, por ter lutado juntamente com Che Guevara na selva boliviana. É autor de inúmeros livros, especialmente sobre midiologia e, ultimamente, sobre o renascimento religioso, hoje. A última obra dele é **Feu sacré, fonctions du religieux**. Paris: Fayard, 2003. Por sua vez, Paul Valadier, é jesuíta e filósofo. É professor de Filosofia Moral e Política nas faculdades jesuítas de Paris. Foi diretor da revista **Études**. É autor de inúmeros livros, entre os quais um foi publicado pela Editora Unisinos. É autor de uma importante obra sobre Nietzsche. Sua última publicação é **La condition chrétienne, du monde sans en être**, Paris: Seuil, 2003.

João Paulo II segundo Régis Debray

“Não posso negar uma certa sedução por este Papa que não é facilmente recuperável e que decepciona todo mundo. Seu caráter compósito e paradoxal nos obriga a revistar nossas categorias” – afirma R. Debray, na revista **Témoignage Chrétien**. Segundo Debray, “João Paulo II desenvolve, seguramente, uma crítica reacionária da modernidade capitalista. Aqueles que não gostam do capitalismo, gostam da sua crítica. Aqueles que gostam da modernidade, não gostam do seu reacionarismo. É toda a ambigüidade do personagem. Por muitos aspectos, ele volta a posições quase medievais, agravadas por uma centralização midiática excessiva”. Debray continua: “Este personagem é muito representativo do nosso tempo: ele utiliza os meios *high-tech* a serviço de causas arqueológicas. Ele combina os meios de comunicação ultramodernos com uma mensagem ultratradicional”. Segundo a análise de R. Debray, “João Paulo II é, talvez, o Papa mais visto e menos entendido dos nossos tempos. O verbo se fez carne, segundo o mistério cristão da Encarnação, supõe um certo equilíbrio. Com a mediatização de João Paulo II, a carne come o verbo. A inflação da imagem oculta a palavra. É o dado maior da nossa videoesfera. E a tragédia de toda a comunicação. A do Papa não escapou disso: ele não conseguiu entender que a mídia não é um meio a serviço de um fim,

mas o seu próprio fim. Eu deveria ter mandado para o Vaticano os *Cahiers de médiologie*. Enviá-los-ei para o sucessor de João Paulo II”.

João Paulo II conforme Paul Valadier

Para Paul Valadier, “mais os testemunhos estão longe da Igreja Católica, mais eles são impressionados por João Paulo II. Por exemplo, o seu compromisso com os direitos humanos. Tanto é assim, que muitos estranham que haja tanta crítica a ele dentro da Igreja Católica. Essa leitura positiva é, em parte, falsa, pois a influência exterior do Papa não se caracteriza unicamente pela abertura. Nas conferências internacionais sobre demografia e a condição feminina, a diplomacia vaticana não se distinguiu pela abertura de espírito. Na conferência do Cairo, sobre o controle dos nascimentos, o Vaticano se perfilou com a linha dos Estados islâmicos. A mesma leitura contrastada vale para a ação interna da Igreja. Uma das grandes intuições do Concílio Vaticano II foi a colegialidade: o Papa sendo um *primus inter pares*, as Igrejas locais assumindo plenamente suas responsabilidades, em comunhão com Roma. Ora, sob este pontificado, a colegialidade não só não foi valorizada, como ela acabou”. Para P. Valadier, “o grande paradoxo deste pontificado consiste nisto: João Paulo II quer um catolicismo vivo, mas ele põe condições que impedem isso”. Segundo Valadier, há uma crescente ‘papolatria’ e “isto é contrário à tradição católica. A insistência unilateral sobre o papado provém do concílio inacabado Vaticano I, que o Vaticano II buscou contrabalançar. Este fenômeno é como uma doença: ele faz crescer a cabeça e diminui o corpo. Hoje, um Bispo não pode falar sem citar cinquenta vezes o Papa! Isso só ajuda para fazer a cabeça crescer. Nada mais! O Papa fala demais: Quem o escuta? Quem o segue?” E conclui: “Uma autoridade muito presente é como um superego obsessional que acaba por perder a sua qualidade”.

A quiromancia econômica do governo federal

“Se a economia brasileira pudesse crescer à custa do humor dos economistas da Fazenda ou da capacidade do doutor Mantega de ‘levantar’ PIB, não haveria 2,5 milhões de desempregados nas seis maiores regiões metropolitanas brasileiras” – escreve Elio Gaspari, na sua coluna de 26 de novembro, publicada em vários jornais do País, entre os quais *O Globo*, 26-11-03. E continua: “O que há de doloroso na quiromancia econômica do PT Federal é a maneira como ela repete os embustes do tucanato. Coisa assim: em janeiro, anuncia-se que a economia crescerá 4%. Em junho, fala-se em 3%. Em dezembro, anuncia-se que a taxa será inferior a 1%, mas isso não tem importância, porque o mercado estima que, no próximo ano, o crescimento chegue a 4%. Muda-se de ano e começa tudo de novo. Em janeiro, os sábios petistas previam um crescimento de 2,8%. No final de março, os doutores Palocci e Henrique Meirelles baixaram a bola para algo entre 1,8% e 2,2%. Numa conta grosseira, cada décimo de ponto percentual de crescimento do PIB significa a criação de 30 mil postos de trabalho. A revisão indicava que, por baixo, já tinham sumido 180 mil daqueles 10 milhões de empregos que a marquetagem petista prometeu criar em quatro anos. Em junho, quando Lula prometia o ‘espetáculo do crescimento’, o Ipea reajustou o cenário e estimou a expansão da economia em 1,6%. Em agosto, na tradição tucana, o doutor Antonio Palocci anunciava que o Brasil tinha condições de crescer 3% a partir de 2004. Passados dois meses, o Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, prometeu ‘por volta de 4%’. Um mês depois começou a interessante trajetória do Ministro Mantega no mundo da quiromancia do desenvolvimento. Diante de uma previsão de 0,5% feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, seu Ministério divulgou uma nota, estimando que o crescimento ficaria entre 0,7% e 1,1%. Em seguida, ofereceu um preço de liquidação: 0,98%. Só os orixás podem dizer qual a confiabilidade das projeções centesimais da taxa de crescimento da economia, mas, nessa

briga por migalhas, Mantega se apresenta como otimista, porque promete, em novembro, um crescimento de 0,8%, menos de um terço do que seus colegas ofereciam em janeiro. A ekipekonômica nunca chegou a esse grau de prestidigitação”.

O desastre se chama desemprego, ruína e recessão

Segundo Elio Gaspari, na coluna citada acima, “o desastre do primeiro ano de administração petista nada tem a ver com a qualidade do humor da Fazenda ou das virtudes do atletismo econômico de Mantega. Ela se chama desemprego, ruína e recessão. A economia brasileira precisa absorver 1,5 milhões de pessoas por ano. Com os 0,8% do otimismo de Mantega, faltam 1,2 milhão de empregos. Com os 0,6% da última previsão do governador Meirelles, faltam cerca de 1,3 milhão. Com os 0,4% da ekipekonômica, faltam algo como 1,4 milhão. Isso para não se falar na qualidade dos serviços que aparecem. Cinco ocupações respondem por 70% das vagas geradas nos anos 1990, em São Paulo: serviços domésticos, ambulantes, limpeza e segurança. Mantega, o levantador de PIB, poderia fazer dupla com Ricardo Berzoini, o cortador de aposentados”.

O testamento de Pinochet: ‘Não peço perdão a ninguém!’

Maria Elvira Salazar, jornalista de uma TV americana, de origem cubana, no dia 1º de novembro entrevistou o general Augusto Pinochet, o ditador chileno, por ocasião do seu 88º aniversário. A jornalista, segundo o jornal italiano *Repubblica*, 26-11-03, é ferozmente anticastrista. Afirmando que o período que passou preso em Londres foi o mais difícil da sua vida, a jornalista pergunta a Pinochet se pensou que seria morto, se se emocionava em Londres? Ele responde: “Nunca me emociono. Nunca choro. Os sofrimentos, levo dentro de mim”. Pinochet também disse que nunca pedirá perdão àqueles que “tentaram liquidar com a pátria”: “Pedir perdão? Por qual motivo? Por que pedir perdão? Perdão devem pedir eles a mim, os da outra parte, os marxistas, os comunistas”. Sempre segundo o jornal italiano, Pinochet dá uma resposta aparentemente surpreendente quando a jornalista lhe pergunta se ele é religioso: “Sim, mas não demais. Sou naquilo que aprendi quando menino”.

‘Um final amargo para a história’

A entrevista exclusiva realizada pela jornalista cubano-americana, Maria Elvira Salazar, ao ex-ditador chileno provocou um grande mal-estar em Santiago, segundo o jornal italiano *Repubblica*, 26-11-03. Para o Ministro do Interior, José Miguel Insulza, as coisas ditas na entrevista por Pinochet são ‘patéticas e terríveis’. E acrescentou: “Este homem nunca reconhecerá o que fez e sempre o justificará. Lamentavelmente, ele oferece um final muito amargo da história”.

Dalai Lama: ‘o meu segredo é o sono’

Dalai Lama, em visita a Roma, aos 68 anos, vindo de Calcutá, na Índia, tendo estado no Japão, passando pela Espanha e França, parece que nunca está cansado. Perguntado pelo jornal italiano *Repubblica*, 26-11-03, o que faz para nunca se sentir cansado, o Oceano de sabedoria, como é chamado pelos tibetanos, ri e com ar confidencial diz: “Revelo o meu segredo. Tudo está no sono. Basta dormir oito horas por noite: eu vou para a cama às oito horas da noite, me acordo às 3h30min para rezar. E não sinto cansaço”. E com ar sério, continua: “Como monge budista, a minha vida é dedicada aos outros: sou feliz e honrado por poder servir os outros. Uma das minhas orações preferidas diz: ‘Até que houver espaço, até que houver seres humanos para serem servidos, eu estarei lá para servi-los”.

O conservadorismo da academia

“Se houvesse um golpe de Estado na Argentina ou no Brasil, os militares não precisariam prender nenhum professor e nenhum aluno. Isso me preocupa muito. Algo está errado se não representamos [a universidade] ameaça às forças conservadoras”. A afirmação é de Cristovam Buarque, Ministro da Educação, segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, 27-11-03. De acordo com o Ministro, que já foi reitor da UnB, “o pensamento brasileiro é profundamente conservador. Não há exceção de pensamento, de utopia alternativa”. Citou o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) como a “única força no País que tem radicalidade na ação e nas idéias”. “Cabe a nós encontrarmos soluções, não importando as perguntas nem as respostas formuladas dentro de nossas instituições, mas sempre ouvindo o povo. Não manifestando a partir do que nós achamos, do que o mercado determina, mas daquilo que as nossas nações precisam. Esse é o papel fundamental do saber responsável”. Para Cristovam Buarque, falta ‘radicalidade’ nos pensamentos e debates.

Ciro Gomes: Modelo econômico em debate no governo

Numa longa e importante entrevista publicada pelo jornal *Valor Econômico*, 25-11-03, Ciro Gomes, Ministro da Integração Nacional afirma: “tenho a convicção firme de que estamos trabalhando numa transição para um rumo estratégico que recupera a função do planejamento e que compreende que a prioridade deste País é produzir e trabalhar”. E o Ministro continua: “É uma opção política do presidente Lula, um compromisso solene dele, não fazer ruptura, não romper contratos, etc. Não é disso que estamos falando”. Criticando os que sugerem a desvalorização cambial, afirma: “Isso não é mudança de modelo. Desvalorizar significa diminuir o salário real para sancionar certas ineficiências de setores que pretendem exportar. Isso não é mudança”.

A herança de um modelo econômico criminoso

Ciro Gomes denuncia, com veemência, o modelo econômico herdado do governo FHC. “A média de crescimento econômico dos últimos oito anos foi a pior dos últimos 50 anos”. E continua: “Esse modelo é um crime. A sua insustentabilidade explosiva foi empurrada com a barriga, por oito anos, com três movimentos absolutamente lesivos ao Estado, à nação e ao povo brasileiro, mas não são mais praticáveis”. Conforme Ciro Gomes, “o modelo que herdamos não é o nosso. O modelo é absolutamente vulnerável. É absolutamente sensível ao nível de liquidez internacional, que, conceitualmente, não por incidente, vive de ciclos e contraciclos, de momentos de expansão e de contração. Esse não é o modelo que o Brasil escolheu para ter, é o modelo padrão que tem se imposto por aí fora”.

Nem Mantega nem Lisboa: resultado do PIB da discórdia deve ser pior

Sob este título, Luciana Rodrigues, jornalista, comenta, no jornal *O Globo*, 27-11-03, o pífio desempenho do PIB neste ano, segundo dados do IBGE divulgados dia 26 de novembro. “Distantes nas previsões, unidos no erro. Os principais responsáveis pela política econômica do governo fizeram diferentes projeções para o desempenho do PIB este ano. Em comum, a grande probabilidade de estarem errados, como demonstrou ontem o número divulgado pelo IBGE. Nem mesmo a aposta mais conservadora, de 0,4%, feita pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, deve ser cumprida. Bancos e consultorias fizeram as contas e, depois dos resultados apresentados pelo IBGE, estimam um crescimento do PIB de, no máximo, 0,3% este ano. Para chegar ao 0,4% do Ministério da Fazenda, o País teria que crescer a um ritmo de 2,3% no último trimestre, frente ao mesmo período do ano passado, de

acordo com cálculos do mercado. Cenário pouco provável, uma vez que a base de comparação é alta: no último trimestre de 2002, o PIB cresceu 3,9%. “A expansão, em 2002, foi concentrada no fim do ano. Isso exige que o último trimestre tenha um desempenho razoavelmente bom para compensar a base alta — afirma Roberto Olinto, gerente de Contas Trimestrais do IBGE. O Ministro do Planejamento, Guido Mantega, chamou o titular da Secretaria de Política Econômica, Marcos Lisboa, de mal-humorado devido à sua previsão de apenas 0,4% para o PIB. Mas o País só cumpriria o 0,8% previsto por Mantega se, no último trimestre, crescesse ao surpreendente ritmo de 3,9%. Já para chegar ao 0,6% previsto pelo BC seria preciso uma alta de 3,1% no último trimestre”.

Economia brasileira: duas correntes de pensamento e ação

“No Brasil, sempre houve duas grandes correntes de pensamento e ação em matéria de política econômica e política internacional”. A constatação é de Paulo Nogueira Batista Jr., economista, professor da FGV-SP no seu artigo publicado na **Folha de S. Paulo**, 27-11-03. “Uma encara o Brasil como sócio menor e acanhado de um projeto liderado pelos Estados Unidos e outros países desenvolvidos. No campo econômico, a sua marca registrada é a mentalidade de guarda-livros, a busca da estabilidade monetária e do equilíbrio fiscal, ainda que com sacrifício do desenvolvimento. Ela passa, por exemplo, por Campos Salles, Eugênio Gudin, Roberto Campos, Fernando Henrique Cardoso e Pedro Malan. A outra corrente vê o Brasil como país-continente, de imenso potencial, capaz de figurar entre as principais nações do mundo. Ela inclui Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Roberto Simonsen, Celso Furtado, Dilson Funaro, Barbosa Lima Sobrinho e o próprio Nelson Rodrigues. “Se o Brasil não existisse”, escreveu ele, “o Maranhão e o Piauí seriam grandes nações sul-americanas. Madureira seria outro grande do continente”. E o presidente Lula? O tempo dirá. Por enquanto, o seu governo oscila entre as duas correntes. Em Brasília, muitos compreendem que o Brasil não pode mais se acomodar com o padrão medíocre dos anos 1990. Percebem que, se o Estado brasileiro continuar dominado por ‘escrúpulos cretinos’, o País não sairá do lugar. Por outro lado, no Ministério da Fazenda há quem declare, em alto e bom som, que o ex-ministro Pedro Malan e a sua equipe merecem uma estátua em praça pública...”.

O saneamento e o novo acordo com o FMI

“A falta de saneamento é aflitivo problema humano, terrível problema social e agressivo problema para os recursos dos três níveis de governo. O Ministro da Saúde, José Serra viu o problema do ângulo federal e lutou, sem êxito, na tentativa de obter de Pedro Malan e Fernando Henrique Cardoso apoio financeiro e administrativo para projetos de saneamento. Médico, ex-prefeito e Ministro da Fazenda, Antonio Palocci pode perceber todas as dimensões do problema” – escreve Jânio de Freitas no jornal **Folha de S. Paulo**, 27-11-03, comentando o último acordo do Brasil com o FMI e a questão do saneamento. Jânio de Freitas continua: “Em seu novo acordo com o Brasil, o FMI consente que o governo Lula destine R\$ 2,9 bilhões para projetos de saneamento, os quais, porém, não serão necessariamente seus. Podem ser dos municípios, com repasse das verbas federais para apoio às prefeituras, como financiamento ou a fundo perdido - que, dada a finalidade, não seria perdido, mas ganho”.

Saneamento ou é negócio ou não é feito

Segundo o mesmo articulista, “o médico, ex-prefeito e Ministro da Fazenda fixou condições, porém, muito expressivas em vários sentidos. Para uma prefeitura, por exemplo, incumbir-se da obra que lhe pareça mais necessária, precisará demonstrar a capacidade de realizá-la sem fazer dívida alguma. Condição que sugere uma pergunta simples: Se a prefeitura tem tal

capacidade financeira, por que não teria efetivado ainda o seu projeto saneador? Há condições ainda mais interessantes, como a exigência de que os projetos, para terem a participação de recursos federais consentidos pelo FMI, mostrem-se rentáveis. Até hoje, e no mundo todo, saneamento foi, antes de tudo, serviço de saúde pública. No governo Lula, ou é negócio ou não é feito. Negócio, sim. A deliberação do médico, ex-prefeito e Ministro da Fazenda, é fazer 'parcerias com a iniciativa privada', já se sabendo quem entrará com o grosso dos recursos e quem sairá com o grosso dos lucros, e concessões para exploração particular. Ah! sim, município com dívida incursa na Lei de Responsabilidade Fiscal - uma forma de estrangulamento dos municípios criada pelo governo Fernando Henrique - não poderá sequer sonhar com algum dinheiro para saneamento. Se o município deve, as pessoas que o habitam devem continuar vivendo sem condições sanitárias. É o que estabelece o governo Lula, por intermédio do médico, ex-prefeito e Ministro da Fazenda, Antonio Palocci”.

OGM livres no Brasil

Sob este título o vespertino francês *Le Monde*, 24-11-03, publica uma ampla reportagem, assinada por Daniel Vernet, que escreve de Porto Alegre, sobre os Organismos Geneticamente Modificados – OGM -, especialmente a soja transgênica. “No Brasil – inicia a reportagem – mesmo o samba pode ser transgênico. Depois que, por ter autorizado a soja geneticamente modificada, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi tratado como ‘transgênico da política’ pelo chefe do Movimento dos Sem-Terra, João Pedro Stedile, tudo é possível. Tanto que no próximo carnaval, as escolas de samba de Porto Alegre decidiram abordar um tema definitivamente atual: ‘Os OGM, verdades e mentiras’. Elas usarão toda a sua imaginação para representar sobre seus carros os pequenos grãos de soja clássica ou transgênica”. Segundo o jornal francês, a decisão de Lula de legalizar provisoriamente a produção de soja geneticamente modificada foi uma surpresa. “Uma boa surpresa”, explica Antônio Sartori, da companhia exportadora Brasoja, ao jornal. Para Odacir Klein, segundo o jornal, a decisão foi um ‘alívio’. Para o *Le Monde*, “no Rio Grande do Sul, o PT perdeu as eleições estaduais, em parte por causa da sua oposição aos OGM”. O jornal lembra da amizade que une Miguel Rossetto, Ministro do governo Lula, a José Bové.

A maioria dos brasileiros não quer participar da política

Apesar de o primeiro artigo da Constituição afirmar que ‘todo poder emana do povo’, a idéia desse poder ainda é distante para a maioria dos brasileiros. É o que aponta uma pesquisa realizada pelo Ibope a pedido da ONG (Organização Não-Governamental) Ação Educativa. De acordo com a pesquisa, apenas 44% dos brasileiros disseram que acreditam exercer esse poder, enquanto 30% afirmaram que não o exercem e 26% não souberam opinar. Os resultados mostram que a maioria dos brasileiros (56%) não tem interesse em participar de nenhum tipo de prática que influencie, de alguma maneira, as políticas públicas. A pesquisa foi realizada com recursos fornecidos pela Petrobrás e ouviu 2.000 pessoas entre 29 de outubro e 2 de novembro deste ano. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais, para mais ou para menos. O objetivo da pesquisa foi ter uma idéia da percepção que o brasileiro possui a respeito da democracia. A notícia foi publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, 26-11-03. “O fato de apenas 44% dos brasileiros acreditarem exercer o poder mostra que esse índice é relativamente baixo, mas a gente imaginava um percentual ainda menor num País com pouca tradição participativa como o Brasil”, informou Camilla Croso, coordenadora do Observatório da Educação e da Juventude da ONG Ação Educativa. De acordo com Jairo Nicolaru, cientista político do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ -, uma pesquisa que foi realizada pelo instituto do Rio no ano passado constatou que mais de 70% da população

brasileira não é filiada a nenhum partido político, sindicato ou outro tipo de associação. “O número de brasileiros filiados a partidos políticos é menor ainda, variando de 3% a 4% nas pesquisas de opinião”, informou Nicolau.

Um Ocidente submerso pelo lixo do bem-estar

Roal Hoffmann é um dos químicos mais famosos do mundo: não somente porque ganhou, em 1981, o prêmio Nobel, mas é o único que recebeu prêmios, seja pela química orgânica, seja pela química inorgânica. O jornal italiano *La Repubblica*, 26-11-03, o entrevistou na Universidade de Cornell, onde é professor. R. Hoffmann defende que “o público deve poder decidir sobre uma série de problemas que tem implicações científicas e tecnológicas, desde o lixo até a clonagem. Mas para isso ele precisa de um mínimo de conhecimento científico de base, para poder discernir os pareceres dos técnicos tanto a favor como contra uma ou outra posição”. Para isso é crucial a alfabetização científica. “Tenho orgulho que aqui em Cornell, mais da metade dos universitários, de qualquer disciplina, tem um curso de química no seu plano de estudos: são dois mil estudantes por ano!” – constata o professor. Para o prêmio Nobel, “o problema é que as pessoas não querem ver os lados obscuros daquilo que melhora a nossa vida. E não somente no campo químico. Por exemplo, gostamos da carne, mas não gostamos de ver os animais sendo mortos. Isso nos leva à irracionalidade, que é uma qualidade intrínseca da ação humana”. R. Hoffmann defende que é necessário “associar ao lixo um valor econômico negativo, taxando de alguma maneira a sua produção”. Para ele, “querendo, poderíamos traçar o roteiro do culpável mesmo depois de ter provocado o dano ao ambiente. Por exemplo, a bomba que explodiu na semana passada na Turquia era feita de nitrato de amônia, que é um fertilizante agrícola muito comum, misturado com petróleo. Ora, há uma tecnologia que permite etiquetar o nitrato de amônia e de chegar, desta maneira, ao produtor: uma espécie de código de barras na molécula, que sobrevive à explosão. E a mesma coisa poderia se fazer com as escórias e o lixo. Mas os produtores refutam isso para evitar problemas”.

Gaia vive sem se preocupar muito com suas espécies

O jornal pergunta: Como químico, o senhor acha que o problema das escórias e do lixo é ‘solúvel’ ou não? E R. Hoffmann responde: “Gaia, o organismo do planeta Terra, vive sem se preocupar muito com as suas espécies. Por exemplo, por cerca de oito bilhões de anos, havia pouquíssimo oxigênio na nossa atmosfera, que, pelo contrário, era cheia de dióxido de carbono, mais ou menos como a de Marte, hoje. Mas por cinco bilhões de anos a vida prosperou neste ambiente ‘poluído’. E o oxigênio que, hoje, constitui 21% da atmosfera, é quase completamente um produto descartável dos organismos vivos e terminou por matar a maior parte das formas de vida primordiais. Aquilo que para alguns resultou numa escória poluidora, para outros se tornou um elemento vital. E Gaia continuará a viver com as nossas escórias, com o nosso lixo, talvez sem nós”. Pergunta do *La Repubblica*: Nos mataremos com as nossas mãos? Resposta de R. Hoffmann: “Não creio. Antes de tudo, porque a poluição industrial é somente um fenômeno de um par de séculos, que são um lince de olhos em escala geobiológica. Além disso, a ciência serve para diagnosticar e para curar os problemas que ela cria: por exemplo, sem imagens de satélite teria sido impossível dar-se conta do buraco de ozônio. Haverá crises contínuas, com a tecnologia sempre correndo para frente e as soluções e as leis correndo atrás e, às vezes, muito atrás”. O prêmio Nobel de química conclui dizendo que alguém que, como ele, sobreviveu à guerra e aos campos nazistas, não pode ser pessimista.

Resíduos modernos das nações

Bauman no *IHU On-Line* e na *Folha de S. Paulo*

Com o título acima, no domingo retrasado, 23-11-03, o caderno *Mais* da **Folha de S. Paulo** publicou um artigo de Zigmunt Bauman. A obra e os textos deste importante sociólogo são familiares dos leitores do boletim do Instituto Humanitas Unisinos, o *IHU On-Line*. Tanto que o *IHU On-Line*, n.º 71, de 18-8-03, já publicara o referido artigo sob o título *Um planeta cheio e sem espaço*. A tradução foi feita, a pedido do IHU, pelos colegas do Centro de Pesquisa e Apoios aos Trabalhadores – Cepat - de Curitiba. Ou seja, com mais de três meses de antecedência, os leitores do *IHU On-Line* já puderam ler, estudar e debater este texto até que viesse a tradução portuguesa. Agradecemos os/as colegas que nos ligaram para comentar este fato.

A crença de Pasolini

'O Evangelho segundo São Mateus' em DVD

"O cinema, assim como o cristianismo", costuma dizer Godard, "não se funda sobre uma verdade histórica: simplesmente nos impõe, pela crença, uma narrativa" – escreve Tiago Mata Machado, na **Folha de S. Paulo**, 28-11-03. Na Itália de Pasolini, antes do cinema, foi o cristianismo que se ocupou das imagens. Daí Pasolini não poder filmar 'O Evangelho' (o primeiro, de Mateus) sem referendar uma vasta tradição pictórica cristã, de Giotto e Piero della Francesca ao francês Georges Rouault. Aos que estranharem que um filme de Pasolini, (auto)proclamado 'o herético', seja considerado pelo Vaticano, como nos informam os extras deste lançamento, um dos melhores filmes sobre a vida de Cristo de todos os tempos, resta o porém: raros cineastas manifestaram, em sua obra, tamanha nostalgia do sagrado. Ficha técnica do filme: O Evangelho segundo São Mateus Direção: Pier Paolo Pasolini; Produção: Itália, 1964; Lançamento: Versátil.

Frases da semana

"A administração Lula tem mostrado que responsabilidade fiscal não é apenas coerente com a responsabilidade social, mas uma parte integral dela." - Randal Quarles, secretário-assistente do Tesouro dos EUA para Assuntos Internacionais – **Folha de S. Paulo**, 25-11-03.

"O casamento com o PT é eterno. Mesmo que o PT não me queira mais, eu sempre vou querer o PT." – Duda Mendonça – **Folha de São Paulo**, 26-11-03

"Achavam que eu era de direita por ter feito a campanha do Maluf, mas ninguém sabia que eu fui estudante de esquerda. O meu primo foi instrutor de guerrilha do José Dirceu [Ministro da Casa Civil] em Cuba [onde Dirceu viveu no exílio]." – Duda Mendonça, **Folha de S. Paulo**, 26-11-03.

"Vou votar como o PT votou seis vezes: contra a taxaçoão dos inativos. Vou votar contra a reforma porque ela não faz nada para os filhos da pobreza." - Heloísa Helena, senadora –PT – **Folha de S. Paulo**, 27-11-03.

"Nunca foi muito boa a relação do País com sua privilegiada condição de megadetentor de recursos naturais. Além da biodiversidade, temos 13% da água doce num mundo em que ela é

cada vez mais escassa e preciosa. Nossa sociedade e o poder público parecem ter com o meio ambiente uma relação de amor e ódio. De um lado, a natureza brasileira é cantada, admirada, motivo de orgulho. De outro, é destruída irresponsavelmente, sem compromisso com o destino coletivo, ou seja, com o chegar a um projeto de desenvolvimento justo e equilibrado.” - Marina Silva, senadora pelo PT-AC, Ministra do Meio Ambiente – **Folha de S. Paulo**, 27-11-03.

“Muitos fatores me unem a João Paulo II. Ele teve a experiência de viver sob o comunismo polaco, eu passei nove anos sob o regime da China comunista. Ambos sabemos o que significou este sistema. Além disso, partilho com ele a preocupação pela sobrevivência da espiritualidade nos tempos modernos. Talvez algo nos divide: eu promovo uma ética secular, não necessariamente religiosa. Mas são somente pontos de vista diferentes sobre o mesmo problema.” – Dalai Lama – **Corriere della Sera**, 26-11-03.

“Bush diz que Deus é quem dá a liberdade aos povos, não os Estados Unidos. Portanto, quem se opõe a ela se opõe a um dom divino.” – Slavoj Zizek, filósofo esloveno – **Clarín**, 27-11-03.

“Os ecologistas diziam que se deve pensar globalmente e agir localmente. Agora, nos EUA, mudaram a fórmula: agem globalmente e pensam localmente.” - Slavoj Zizek, filósofo esloveno – **Clarín**, 27-11-03.

“Os governos têm de entender que universidade é, em si só, um serviço social. Para não acharem que colocar dinheiro na universidade é tirar das classes mais pobres. A universidade beneficia o País por meio do que o aluno produz.” – Cristovam Buarque, Ministro da Educação – **Folha de S. Paulo**, 28-11-03.

“Atribuo a falta de radicalidade (da Universidade) a duas coisas: à morte das utopias antigas, como o socialismo e o nacionalismo; e ao *apartheid* social brasileiro, que isolou a universidade.” – Cristovam Buarque, Ministro da Educação – **O Globo**, 28-11-03.

“Antigamente, era fácil estudante fazer programa de extensão numa favela do Rio. Hoje não é tão fácil. Houve um afastamento social, um afastamento dos 10% mais ricos dos 50% mais pobres.” - Cristovam Buarque, Ministro da Educação – **O Globo**, 28-11-03.

“Não sei exatamente o que ele está chamando de tensão ideológica. Não faz o menor sentido voltar a pensar do jeito antigo, na base da esquerda contra a direita. Existe, sim, muito debate na universidade brasileira.” – Maria Victoria Benevides, Faculdade de Educação da USP, reagindo à afirmação de Cristovam Buarque sobre o conservadorismo da academia – **O Globo**, 28-11-03.

“É comum associar a tensão ideológica a uma postura de esquerda, mas, no mundo todo, o marxismo é coisa absolutamente em declínio. Não pode ser sério um ministro que diz uma bobagem dessas.” – Manolo Florentino, historiador, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ – reagindo à afirmação de Cristovam Buarque sobre o conservadorismo da academia – **O Globo**, 28-11-03.

“Os ocidentais gostam da vida. Eu quero ser um mártir. Eu vivo pela *jihad*. Nesta vida, não há nada. A vida é depois. É uma sensação indescritível a de poder morrer mártir.” – Radi el Ayashi,

egípcio, conversando por telefone com Makamedi Cabdullah Ciise, da Somália, presos em Milão, Itália, por serem suspeitos de serem militantes islâmicos – *La Repubblica*, 28-11-03.

EVENTOS IHU

SALA DE LEITURA

Lula presidente: televisão e política

Dia 25 de novembro último, foi realizada mais uma edição do evento **Sala de Leitura**, promovido pelo IHU. Na ocasião, o professor Dr. Antônio Fausto Neto, do PPG em Comunicação da Unisinos, fez a apresentação do livro **Lula Presidente: televisão e política na campanha eleitoral**, de sua autoria, de Eliseo Verón e Antônio Albino Rubim, sendo que o professor Fausto e Eliseo Verón são os organizadores da obra.

Ecos do Evento

“O evento foi excelente. Eu já havia participado outras vezes e gostei muito. Um dos tópicos abordados pelo professor Fausto que me chamou a atenção foi que a obra apresentada não se trata de um livro de ocasião, apesar de ter muito a ver com o momento político que estamos vivendo, com a vitória de Lula como um acontecimento marcante na história do Brasil. Ele é um livro científico, com formulação científica. O desempenho do governo Lula tem preocupado alguns setores da intelectualidade esquerda brasileira, que demonstram sua insatisfação quanto ao comportamento da economia do atual governo. Fausto disse que Lula fez uma campanha eleitoral sem propostas avançadas do ponto de vista econômico, baseadas numa plataforma conservadora, e nós votamos sabendo disso. Esse foi um resgate importante, já que existem considerações desfavoráveis ao que o governo está fazendo na economia. Importante, também, é lembrar que é um livro escrito a seis mãos pelos professores Fausto Neto, Antonio Rubim e Eliseo Verón, um expoente na pesquisa em comunicação na América Latina. O professor já adiantou que a obra vai sair numa edição em espanhol, em Buenos Aires, o que é um reconhecimento da pesquisa científica brasileira”.

Elza Oliveira Filha, doutoranda no PPG em Comunicação da Unisinos.

“O evento **Sala de Leitura** é muito interessante, porque oferece um ambiente propício, aconchegante, que nos deixa à vontade com o autor. Até então eu não tinha visto nada parecido na Universidade. O professor Fausto fez uma abordagem bem pessoal do livro. Na obra, percebemos um ponto de vista mais didático. Durante o evento, o professor esteve mais próximo do público e tratou do assunto de uma forma que incentiva a compra do livro. Como sou bolsista dele, participei de todo o projeto, acompanhei o trabalho. O tema do livro é cotidiano, pois a cada dois anos estamos diante de eleições e a relação que a obra faz com a mídia é de uma interação muito importante para analisar o que acontece do outro lado, não só através da televisão, mas dos outros meios também. Foi uma análise muito importante para nós da comunicação e para todas as pessoas”.

Clóvis Mitsuaki Okada, aluno do curso de Letras da Unisinos e bolsista do professor Antônio Fausto Neto.

“Foi muito interessante, pois eu gosto do tema *política*. A visão que o povo tem dos debates na televisão entre candidatos a cargos políticos, é a de que os jornalistas realmente querem mostrar todos os lados para o público, o que não é verdade. O professor Fausto reforçou uma idéia que eu já tinha, mostrando o aspecto da manipulação da mídia nessas ocasiões. O público leigo confia que a mídia seja neutra, mas ela acaba sendo tendenciosa, e as pessoas não se dão conta disso. Essa manipulação se dá até pelo enquadramento e pelo posicionamento das câmeras. Acho fundamental tratar de temas como esse na Universidade, por causa do nosso posicionamento crítico, para abrir horizontes, gerar discussões. Um debate desses tem mais valor que uma aula, que não é tão aprofundada e explicativa”.

Clarice Hennemann, aluna do curso de Publicidade e Propaganda da Unisinos.

Último Sala de Leitura de 2003

Estão todos convidados para a última edição do evento **Sala de Leitura**, do ano de 2003, que se realizará no próximo dia 9 de dezembro. Na ocasião, o professor Dr. Attico Chassot, do PPG em Educação da Unisinos, fará a apresentação de dois livros de sua autoria: **Educação conSciência**. (Santa Cruz do Sul: UNISC, 2003. 244p.) e **A Ciência é masculina? É, sim senhora!** (São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. 114p. Coleção Aldus 16). O evento acontece na sala 1G119 do IHU, das 17h30min às 19h. Ao final, vinho e água são oferecidos aos participantes.

IHU IDÉIAS

Medicina social e saúde como instrumento de denúncia

Na última quinta-feira, dia 27 de novembro, a Prof^a. Dr.^a Stela Nazareth Meneghel, do Centro de Ciências da Saúde da Unisinos foi responsável pela apresentação do tema *Medicina social: a saúde como instrumento de denúncia*, durante o **IHU Idéias**. Na palestra, Stela fez uma abordagem da medicina social através de seus conceitos e de sua origem, numa retrospectiva histórica até os dias atuais. “A medicina social teve e tem um papel de denúncia, de apontar as desigualdades sociais”, encerrou.

A professora Stela Meneghel concedeu uma entrevista a IHU On-Line sobre o tema abordado durante o IHU Idéias, que publicamos a seguir. Stela graduou-se em Medicina, e obteve mestrado e doutorado em Medicina (Clínica Médica), sendo os três cursos realizados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O título de sua tese de doutorado é Famílias em pedaços - um estudo sobre violência doméstica e agressividade na adolescência. A professora é autora, ao lado de A. Casarin, de Avaliação de prioridades - magnitude, transcendência e vulnerabilidade do dano. Porto Alegre: Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, 1982; e organizadora da obra Caderno de Exercícios de Epidemiologia. Canoas: Ulbra, 2002.

IHU On-Line - Em que sentido a saúde é instrumento de denúncia social?

Stela Meneghel - Para responder a esta questão talvez devamos nos reportar às origens do movimento da medicina social que aconteceu na Europa no século XVIII. Foucault,² ao estudar este movimento, mostrou que a medicina começou social, ao contrário do que nos parece nos tempos atuais. No século XVIII, vários países europeus socializaram as práticas de saúde. Na Alemanha, este movimento aconteceu via polícia médica. Foram elaboradas regras relacionadas à vigilância sanitária, ao controle dos alimentos, aos estabelecimentos de saúde, ao cuidado dos grupos vulneráveis. Essas medidas objetivavam o controle e a domesticação dos corpos, como também apontaria Foucault, acrescentando que a França normalizou seus canhões e seus professores, enquanto a Alemanha normalizou os seus médicos. O alinhamento político com a medicina social propiciou que inúmeros médicos realizassem investigações de surtos e epidemias (ainda predominavam as doenças infecciosas ou epidêmicas), reconhecendo as condições de vida da população como determinantes do aparecimento das doenças. Uma destas investigações foi realizada por Villermé na França, que observou o processo de trabalho e a saúde dos operários das indústrias de lã. Nestas fábricas de tecidos rudimentares, onde as jornadas de trabalho ultrapassavam 12 horas diárias, em condições de aglomeração, má alimentação e ventilação escassa, a tuberculose começou a ascender de maneira vertiginosa. A inalação de partículas de lã pelos trabalhadores agregava-se às condições ambientais, favorecendo a instalação de quadros pulmonares. Até esta época, doenças transmissíveis ocorriam de forma episódica na população que vivia preponderantemente em região rural. No texto de Engels², assim como em tantos outros documentos e relatórios da imprensa leiga ou de saúde observa-se um impressionante painel onde se delineiam as cifras elevadíssimas de mortalidade infantil, alcoolismo, doenças infecciosas, mortalidade materna, habitações insalubres, precárias e superlotadas, ausência de saneamento, desnutrição, trabalho infantil, acidentes e mutilações, mostrando a relação unívoca entre miséria e adoecimento. Os documentos médicos e sanitários elaborados pelos adeptos da medicina social foram unânimes em denunciar o caráter social e político da doença e preconizar medidas de caráter social para debelar as enfermidades.

IHU On-Line - Qual seria o projeto de sociedade da medicina social?

Stela Meneghel- A medicina social pode ser definida como o estudo do processo saúde/doença nas populações, sua relação com a estrutura de atenção médica e com a sociedade, visando à transformação destas relações para a obtenção de níveis máximos possíveis de saúde e bem-estar. Talvez a síntese da medicina social ainda possa ser considerada a máxima de seus primeiros adeptos ao afirmarem que “a medicina é uma ciência social e a política nada mais é do que a medicina em grande escala”. Virchow e Neumann,³ médicos desta corrente de pensamento atribuíam a irrupção de epidemias a fatores econômicos e sociais. Eles formularam uma teoria da doença epidêmica entendida como decorrente da organização política e social, atingindo principalmente os grupos menos favorecidos. Os pressupostos da medicina social na sua origem podem ser sintetizados em três princípios fundamentais. O primeiro deles postula que a saúde do povo é objeto de responsabilidade social; o segundo princípio é que as condições econômicas e sociais são determinantes da saúde/doença; o terceiro indica que as medidas para combater a doença são tanto médicas quanto sociais. Esses princípios permaneceram atuais e estão presentes no

² Foucault M. O nascimento da medicina social. 2. ed. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

² Engels F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1986.

³ Rosen G. *Da polícia médica à medicina social*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

movimento da reforma sanitária que se articulou nos últimos 20 anos no Brasil. Frente às crises no modelo médico hegemônico em dar conta da saúde da população, durante os anos 1980, foram discutidas várias propostas de atenção integral à saúde, todas elas, de alguma maneira, reforçando a participação da população no controle dos serviços de saúde. Essas ações e propostas fizeram parte da agenda de um amplo movimento que se esboçou nestes anos e mobilizou diferentes setores da sociedade brasileira. Um dos marcos importantes deste movimento foi a organização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que assumiu um conceito abrangente de saúde, entendida como “o processo resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso à terra e aos serviços de saúde”. Essa definição de saúde traz em seu bojo, a busca de equidade e justiça social e aponta para as desigualdades relacionadas com a exclusão social. A Reforma Sanitária lutou pela saúde como direito de todos e dever do Estado, e foi viabilizada pela implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), aprovado no texto da Constituição Brasileira de 1988. Dentre os princípios do SUS, destacam-se: a universalidade, a integralidade, a descentralização, a equidade e o controle social.

IHU On-Line - Quais os fatores determinantes que fazem com que o acesso à saúde seja restrito e crie situações de caos nos hospitais públicos?

Stela Meneghel - Desde o momento da institucionalização do SUS, iniciou um movimento de boicote principalmente por parte das elites interessadas na manutenção de privilégios e do modelo assistencial privado de saúde. Um sistema único de saúde, eficiente, equânime, voltado para a atenção integral da saúde da população, significa redução de gastos supérfluos. Esta proposta ameaça o modelo assistencial privado, especializado, hospitalocêntrico, calcado em equipamentos e tecnologias sofisticadas, muitas das quais de eficácia duvidosa. O modelo neoliberal entende a saúde e a medicina como produtos de mercado. Assim vendem-se bens, *check-ups*, cirurgias emagrecedoras, pílulas rejuvenecedoras, etc. As indústrias de medicamentos e de equipamentos estão entre as geradoras das maiores receitas mundiais. Veicula-se a idéia de que o Estado é corrupto, burocratizado, ineficiente e que é necessária uma parafernália de equipamentos para assegurar a saúde. É claro que a esses grupos não interessa o sistema nacional de saúde. A doença gera lucros. Esses setores da sociedade, munidos de poder de persuasão e influência política, atualmente divisam uma grande reserva de mercado para as seguradoras de saúde. Para aumentar a fatia de mercado pagante de seguros de saúde, é preciso que o SUS não funcione. Assim, preconiza-se um estado mínimo e a focalização das políticas públicas para grupos populacionais carentes e excluídos.

A mídia alardeia os aspectos ainda precários do SUS enquanto cala os aspectos favoráveis. As filas de espera e o caos (?) na atenção são sempre colocados em evidência (na Inglaterra, o Sistema Nacional de Saúde permite que uma pessoa permaneça vários meses em uma fila de espera aguardando um procedimento eletivo). Outros fatos colocados em destaque são os eventos sentinela (grávidas que tiveram os bebês em ambulâncias, por exemplo) e não se menciona que, pela primeira vez no País, toda a população tem acesso irrestrito aos serviços de saúde, tampouco os procedimentos de alta complexidade (transplantes e hemodiálise), custeados pelo SUS para praticamente toda a população (inclusive a parcela que possui planos de saúde privados) ou a crescente participação popular nos conselhos de saúde, nas conferências de saúde e em outras instâncias societárias.

IHU On-Line - Que alternativas poderíamos assinalar para superar esta situação?

Stela Meneghel - A saúde coletiva – designação atual da medicina social – tem sido considerada um campo de conhecimento complexo. Assumir a complexidade significa entender

que são muitos os saberes que a constituem, emaranhados em redes interdisciplinares. Além disso, a saúde coletiva – constituída nos limites entre o biológico e o social – tem adentrado no campo das ciências humanas – sociologia e psicologia - em busca de ferramentas capazes de ampliar o seu potencial explicativo e de intervenção. Uma alternativa para superar os impasses com que nos defrontamos no campo da saúde é a construção de projetos coletivos nas organizações de saúde, voltados à valorização da vida e regidos por valores de justiça social. Na construção de políticas de saúde pautadas pelo compromisso com a defesa da vida, são fundamentais os processos nos quais as subjetivações se produzem e as novas formas de organizar o trabalho vivo em saúde, tais como o dispositivo do acolhimento.

Inegavelmente, o Sistema Único de Saúde, com seus avanços e retrocessos, suas conquistas e limitações, faz parte do patrimônio brasileiro construído coletivamente nas últimas décadas, assim como o cabedal de estudos, pesquisas e propostas para identificar as desigualdades em saúde, elaborados pela epidemiologia. Não podemos correr o risco de desmontar o SUS em troca de soluções aparentemente facilitadoras. Salientamos, ainda, a importância da formação e qualificação dos trabalhadores de saúde pública, responsabilidade assumida pelo ensino pós-graduado, incluindo o Mestrado de Saúde Coletiva da Unisinos. As intervenções que propomos implicam o exercício e o compromisso com ações que signifiquem atos de resistência ao *poder-saber* dominante e permitam a emergência do *saber-fazer* como prática transformadora. Concordamos com Paim e Almeida Filho (2000)⁵, ao afirmar que “uma das formas de enfrentar os desafios da saúde com equidade será constituir sujeitos sociais comprometidos com novas utopias, estabelecendo canais de comunicação com outros sujeitos sociais que passem da condição de usuários ou destinatários de serviços públicos para um patamar mais elevado de parceiros e cidadãos”.

Ecoss do Evento

“Foi muito bom, porque me esclareceu um aspecto que não é da minha área. Pode me acrescentar bastante saber como é o trabalho da medicina social. Para obter conhecimento foi uma palestra interessante”.

Joiciana Lisboa, aluna do curso de Pedagogia da Unisinos.

“Foi muito interessante ouvir algo assim na faculdade. No ensino médio, não aprendemos nada sobre isso e perdemos a noção do que ocorre realmente na saúde pública. Essas palestras do **IHU Idéias** ampliam nosso conhecimento e nos impulsionam na busca da transdisciplinaridade”.

Rafael Tronquini, aluno do curso de Publicidade e Propaganda da Unisinos.

ANDRÉ GORZ EM DISCUSSÃO NO **IHU Idéias** ESPECIAL

A programação de **IHU Idéias** para 2003 será finalizada com uma sessão especial, agendada para o dia 11 de dezembro, das 9h às 11h, na sala 1G119. Na ocasião, o professor Josué Pereira da Silva, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia da

⁵ Paim J & Almeida Filho N. *A crise da saúde pública e a utopia da saúde coletiva*. Casa da saúde. UFBA, 2000.

Universidade Estadual de Campinas, falará sobre o tema *As metamorfoses do mundo do trabalho segundo André Gorz*.

O professor Josué é mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutor em Sociologia pela New School For Social Research (NSSR), nos Estados Unidos. É autor de *Três Discursos, Uma Sentença. Tempo e Trabalho em São Paulo (1906-1932)*. São Paulo: AnnaBlume/FAPESP, 1996 e *André Gorz. Trabalho e Política*. São Paulo: Annablume, 2002. Este último livro foi apresentado na editoria *Livro da Semana* de *IHU On-Line*, na 36ª edição, de 23 de setembro de 2002. *IHU On-Line* entrevistou o professor Josué na 66ª edição de 30 de junho de 2003.

AVISOS DA COORDENAÇÃO

Outros Cinemas

No último dia 24 de novembro, a coordenação do IHU se reuniu com a Prof^ª. Dr.^a Ione Bentz, diretora do Centro de Ciências da Comunicação da Unisinos, para avançar na discussão sobre o projeto do evento *Outros Cinemas*, a ser realizado no ano de 2004 e sobre a dinamização da equipe de comunicação do IHU.

Cescoop XXVI

Com o objetivo de pensar estratégias de divulgação da 26ª edição do Curso de Especialização em Cooperativismo da Unisinos, estiveram reunidos, dia 25 de novembro, a coordenadora adjunta do IHU, Vera Regina Schmitz, Telmo Adams, da área de concentração Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade do IHU, Carolina Rosado dos Santos, analista de marketing da Pró-Reitoria de Desenvolvimento da Unisinos, e Isabel Cristina Nunes Lima, assistente de atendimento da Pró-Reitoria de Desenvolvimento da Unisinos.

Inclusive- Movimento contra a exclusão social

Dia 26 de novembro, aconteceu uma reunião entre a coordenação do IHU e o professor Sérgio Endler, vice-diretor do Centro de Ciências da Comunicação da Unisinos, em que se discutiu o projeto *Inclusive – Movimento contra a exclusão social*. Este novo projeto do IHU, coordenado pelo prof. Sérgio Endler, pretende possibilitar um melhor diálogo da comunidade acadêmica com a temática da exclusão social, por meio de encontros em que serão apresentados trabalhos empreendidos com sujeitos em situação de exclusão social. A previsão de início do projeto é março de 2004.

Física Quântica

Para discutir a proposta de realização de um curso de extensão sobre física quântica, o professor Dr. Paulo Henrique Dionísio, do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da Unisinos, reuniu-se com a coordenação do IHU no último dia 26 de novembro. A previsão de implantação do curso é para o segundo semestre do ano que vem.

IHU REPÓRTER

Ana Maria de Mattos Guimarães



mudanças que a vida oferece.

Professora coordenadora do PPG em Lingüística Aplicada da Unisinos, Ana Maria Guimarães abre o diário de bordo da viagem de sua vida e conta a trajetória da menina rio-grandina que casou e veio morar na cidade grande, considerando Porto Alegre como sua terra de adoção por casamento. Ana Maria conta que as origens de Rio Grande acabaram ficando longe, porque a integração com Porto Alegre foi e é muito grande, pela vivência universitária, pela formação de amigos, criando laços que hoje já define como relação de vida inteira. A paixão pela profissão e pela família faz da professora Ana uma pessoa sensível e aberta às

Formação - Toda minha formação básica se deu em Rio Grande, em escolas públicas. Cursei o clássico no Instituto de Educação Juvenal Müller. Depois ingressei na Faculdade de Letras Português-Francês, na Universidade de Rio Grande, a FURG. Já nessa época, eu falava muito bem a língua francesa, por isso a escolha do curso. Em 1972, fui fazer um curso de especialização na França, no Centro de Lingüística Aplicada da Université de Franche-Comté, de Besançon. Em 1979, concluí o mestrado na UFRGS em Língua Portuguesa e, em 1987, iniciei meu doutorado na PUCRS, em Lingüística Aplicada.

Profissão – Comecei como professora de jardim da infância. Minha carreira engrenou na década de 70, dentro do Instituto de Educação Juvenal Müller, onde comecei como professora do chamado, na época, ensino ginasial. Quando cheguei a Porto Alegre, trabalhei numa escola na Vila Assunção e, logo depois, fui transferida para o Instituto de Educação de Porto Alegre. Foi um período de democratização das relações do Instituto, um período em que o professor começou a ter voz, em que houve aquelas primeiras grandes greves do magistério gaúcho. Em 1979, eu estava terminando meu mestrado na UFRGS em Língua Portuguesa, quando fui convidada a trabalhar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde comecei dentro da própria pós-graduação, numa função administrativa, e depois no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas com Língua Portuguesa, departamento esse que eu chefeiei de 1981 a 1983. Aposentei-me na UFRGS, mas continuei vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras. No final do doutorado, concorri à reitoria da UFRGS e ingressei como pró-reitora de extensão. Aprendi o caminho de enxergar o todo de universidade, sob o ponto de vista da porta de entrada para a comunidade externa. Desenvolvemos dois grandes projetos: o Unicultura, que existe até hoje, e o Uniação. Trabalhamos com o Movimento dos Sem-Terra e com vilas de Porto Alegre. Pude compreender realmente o que é uma universidade.

Mudança de planos - Quando me formei na faculdade de Letras, fui convidada a ficar na FURG como professora de língua francesa. Em 1972, estávamos em plena época de ditadura no Brasil, que tinha uma propaganda muito forte. Havia uma camuflagem muito grande do que acontecia nos seus “porões”. Por outro lado, havia uma sede consumista, um desvio dos interesses que não nos levava a ter plena consciência do que estava acontecendo com o nosso País. E foi durante as discussões com pessoas da Universidade de Besançon, na França,

durante o curso de especialização, que eu me dei conta de que, se eu quisesse fazer alguma coisa pelo meu País, eu faria muito mais sendo uma professora de língua materna do que de língua estrangeira.

Ingresso na Unisinos - No final de 2002, entrei como consultora do Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada da Unisinos e, a partir do início desse ano, assumi a coordenação do PPG. Depois de tantos anos na UFRGS, está sendo muito interessante sentir essa relação entre o público e o privado. Isso me deixa muito entusiasmada, vendo o quanto uma universidade privada pode ser séria nesse trato acadêmico.

Família – Casei-me com o Jorge em 1973. Tenho um casal de filhos que já são independentes. A Tatiana tem 27 anos, é arquiteta, mora nos Estados Unidos e se casa agora no final do mês. Meu filho Diogo tem 25 anos, é engenheiro elétrico, e trabalha como consultor da Brasil Telecom. O fato de eu ter uma vida familiar estruturada, me possibilitou crescer profissionalmente. Uma das coisas que eu mais prezo é essa relação. Meu marido e meus filhos são as pessoas mais importantes que eu tenho.

Autor – Érico Veríssimo.

Livro – *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo.

Filmes – *Casamento Grego*, de Joel Zwick, e *Casamento Indiano*, de Mira Nair, que mostram bem a questão da diversidade cultural.

Nas horas livres – Há onze anos eu digo que, além de morar em Porto Alegre, sou também canelense. Eu tenho lá uma casa de fim de semana, que se chama “*Refúgio*”. Essa casa me proporciona sair do centro urbano e ter um descanso real. Adoro receber amigos, fazer festas, ter pessoas em volta. Também gosto de longas caminhadas.

Uma grande paixão – A vida.

Um grande sonho – Já plantei árvores, já escrevi livros, já tive filhos... mas ainda tenho sonhos. Um deles é passar a ter finais de semana mais prolongados e poder dispor de tempo para viajar.

Unisinos – Uma universidade que representa hoje uma aposta de futuro e que tem me marcado bastante. A Unisinos está se preparando realmente para a essência da sua proposta, aproximando-se, até pela nova matriz de gestão em implantação, de sua finalidade máxima, que é o aluno.

IHU – Uma universidade que tenha um instituto como o Humanitas quer crescer internamente e dar apoio ao social. Ela mostra isso claramente através do IHU, um instituto que não está no mundo dos negócios. Mesmo ela sendo uma universidade privada, está resguardando um quinhão para uma coisa que tem um valor enorme para ela, mas que não tem um valor de mercado. Isso diz muito do espírito da Unisinos.

Meu Clássico

Prof^ª. Dr.^ª Renata Vieira responde.

Quem comenta, na edição desta semana, os autores de influência em sua trajetória acadêmica é a professora Dr.^ª Renata Vieira, do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da Unisinos. Graduada em Tecnologia em Processamento de Dados, Renata é mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com dissertação intitulada **Um estudo comparativo entre semântica de Montague e semântica de linguagens de programação: a noção de intensão**, e doutora em Informática pela University of Edinburgh, Escócia. É co-organizadora dos livros **Ciência Cognitiva e Semiótica da Comunicação**. São Leopoldo: Unisinos, 1999; e **III Workshop on human factors in computer systems - Many faces in intercaces**. Porto Alegre: Impa Artes Gráficas, 2000.

Qual é o autor (es) que mais influenciou a sua formação intelectual?

A minha formação intelectual foi guiada pelo meu fascínio pelos mecanismos das linguagens, a transferência de sentido, seja ele exato ou emocional entre duas entidades (humanos ou artefatos) e a capacidade de compartilhar idéias/sentido/intenção por meio da manipulação de símbolos. Alguns dos autores que mais me motivaram nessa linha de pensamento foram Rudolf Carnap e John Searle

Qual o autor (es) que mais responde às suas inquietações atuais?

As inquietações de um ser humano são tantas e variadas, mas acho que a filosofia oriental em geral é sempre uma boa resposta para qualquer tipo de inquietação, vou citar aqui não autores, mas personalidades: Budha e Gandhi.

Qual o autor (es) contemporâneo que lê com mais atenção?

Considero Steven Pinker um autor interessante na linha de popularização científica, principalmente por estar relacionado aos estudos da linguagem e da mente. Também não posso deixar de citar Chomsky e seus textos sensatos de natureza política, além de ser um brilhante lingüista.

Sala de Leitura

Confira o que estão lendo os nossos colegas da Unisinos.



“Atualmente leio **Os dez mandamentos da ética**, de Gabriel Chalita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. Ao longo dos tempos, as questões da ética ocuparam espaço de reflexões e debates de acordo com a realidade sociocultural, econômica, política e educacional dos diferentes momentos históricos. Nos cursos da Licenciatura, também hoje, particularmente, no estágio supervisionado, temas desta natureza perpassam a prática pedagógica e o estudo desta mesma prática. A leitura do texto de Chalita me remeteu às discussões de situações de formação de professores. Os dez mandamentos apresentados pelo autor: *fazer o bem, agir com moderação, saber escolher, praticar as virtudes, viver a justiça, valer-se da razão, valer-se do coração, ser amigo, cultivar o amor e ser feliz* são instigantes e potencializadores de debates relativos ao processo de formação e atuação do profissional professor. O destaque do livro decorre da inquietação que o texto gera.”

Prof^ª. MS Janira Aparecida da Silva, professora do Centro de Ciências Humanas da Unisinos.



“O livro que estou lendo agora se chama **Saturno nos Trópicos: a melancolia européia chega ao Brasil**, e é de autoria de Moacyr Scliar. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Na obra, ele faz uma relação interessante entre a melancolia e a literatura. Scliar trabalha grandes autores e obras importantes da Europa, do final da Idade Média, e faz uma relação dessas obras com a melancolia na Europa e como essa concepção patológica da melancolia chega ao Brasil por meio da colonização, principalmente a lusa. É interessante observar que o português é visto, pela ótica do Moacyr, como melancólico. Ele fala a partir da literatura. Pega obras mais recentes escritas por portugueses e por brasileiros, em que aparece a questão da melancolia. É um livro com muitas informações e análises. Scliar fala, inclusive, de **Os Sertões**, obra em que aparece bem essa questão. Ao contar isso, me lembro da história da loucura do Foucault, e comparo fazendo as devidas proporções. É uma obra interessante. Como Moacyr é médico, e agora imortal, isso dá uma legitimidade ainda maior à obra. É uma leitura que eu recomendo, por ser agradável, e trazer informações e uma análise inteligente”.

Prof. MS Fábio Alexandre Moraes, graduado e mestre em Psicologia, professor do Centro de Ciências da Saúde e coordenador do curso de Psicologia da Unisinos.



“Estou lendo o livro **Viver para contar**, autobiografia de Gabriel Garcia Marques. Rio de Janeiro: Record, 2003. 474 páginas. Trata-se de um livro maravilhoso, no qual o leitor identifica os episódios da vida do autor e os ambientes da Colômbia caribenha que serviram de inspiração para suas obras. Um grande escritor como Gabriel Garcia Marques consegue fazer de sua biografia uma história, para ser lida de uma só vez”.

Zara Gerhardt Lindenmayer, graduada, mestre e doutora em Geologia, e professora do PPG em Geologia da Unisinos.

ERRATA

Pedimos desculpas aos leitores de **IHU On-Line** por dois erros cometidos na matéria de capa da última edição, de número 85, publicada em 24 de novembro de 2003. Na página 4, onde se lê o depoimento sobre a Bienal do Mercosul com o título “*Atingir o grande público*”, deve ser corrigido o nome de quem deu o depoimento, que é da professora Eneida Ripoll Ströher, coordenadora do Curso de Arquitetura da Unisinos, e professora no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, e não do professor Cláudio Senna Venzke, responsável, sim, pelo depoimento que vem logo a seguir, com o título “*A Arte como crítica social*”. Da forma como foi publicado, entende-se que os dois depoimentos mencionados são do professor Cláudio.

Outro erro pelo qual nos desculpamos é a grafia incorreta do nome da aluna Lissa Sarconi Fedrizze, que deu seu depoimento sobre a Bienal do Mercosul. Na página 4, na mesma matéria mencionada no tópico anterior, o nome que consta é Alissa.

EXPEDIENTE:

IHU On-Line é uma publicação semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU –, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Coordenador do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling (inacio@bage.unisinos.br). Coordenadora Adjunta: Profª MS Vera Regina Schmitz (verasc@poa.unisinos.br). Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montaña (soniam@icaro.unisinos.br), Pedro Luiz S. Osório (osorio@bage.unisinos.br) Mtb 4579, e Graziela Wolfart (graziela@poa.unisinos.br). Revisão: Profª Mardilê Friedrich Fabre (mardile@centauro.unisinos.br). Consultoria: Agência Experimental de Comunicação (AgexCom). IHU On-Line circula às 2ªs feiras via e-mail e pode ser acessado no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula na Unisinos. Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuinfo@poa.unisinos.br . Fone: 51 5903333 – Ramais 4121 ou 4128. E-mail do IHU: humanitas@poa.unisinos.br . Ramais: 1173 e 1195.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS